CCP
CONFEDERAÇÃO DO COMÉRCIO E SERVIÇOS PORTUGAL

Nova Dinâmica

Para um crescimento sustentável

BOLETIM N.° #20 JULHO 2024

"COMÉRCIO E SERVIÇOS: UM PILAR CENTRAL DE UMA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL"

Para termos uma economia mais competitiva temos que investir na servitização e na valorização dos factores produtivos nacionais.

OS NÚMEROS:

"INDICADORES ESTATÍSTICOS NACIONAIS" 09
Nos primeiros meses de 2024 a economia portuguesa continua a crescer, embora cresça cada vez mais moderadamente.

AS POLÍTICAS:

"PLANO DE ACÇÃO DA COMISSÃO EUROPEIA PARA FAZER FACE À ESCASSEZ DE MÃO DE OBRA E DE COMPETÊNCIAS" 16
A Comissão Europeia apresentou recentemente um plano de ação para fazer face à escassez de mão de obra e de competências.

"NOVAS ARMAS NA FRAGMENTACAO GEOECONÓMICA" 20
As tensões geo-políticas estão a levar vários países (em especial os BRICS) a substituir o dólar nos pagamentos internacionais e nas reservas cambiais, com consequências no comércio mundial.

"O IMPACTO DO ACTUAL SURTO MIGRATÓRIO SOBRE O MERCADO DE TRABALHO E A SEGURANÇA SOCIAL" 26
O surto migratório tem benefícios evidentes para o mercado de trabalho e a sustentabilidade da segurança social.

OS DESAFIOS:

"PORTUGAL E OS IMIGRANTES E NOVOS RESIDENTES QUE O PROCURAM" 33
A emigração tem vindo a ter um papel de crescente destaque nas origens ocidentais, que sofrem os efeitos da diminuição dos nascimentos e do envelhecimento da população, importando analisar a sua evolução e o processo de integração nos países de destino.

"A OFENSIVA CHINESA NO MERCADO AUTOMÓVEL" 39
Com a cada vez maior eletrificação do mercado automóvel, as empresas chinesas têm revelado uma enorme dinamização neste mercado, iniciando a exportação dos seus modelos a preços muito atractivos.

Cofinanciado por:
PESSOAS 2030 PORTUGAL 2030 Cofinanciado pela União Europeia

COMÉRCIO E SERVIÇOS: UM PILAR CENTRAL DE UMA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

(Para termos uma economia mais competitiva temos que investir na servitização e na valorização dos factores produtivos nacionais)

No momento em que ocorre uma mudança de ciclo nos apoios comunitários com a passagem do PT2020 ao PT2030 e, sendo estes o principal instrumento de política pública associado aos investimentos a realizar em Portugal nos próximos anos, importa que - de novo - insistamos na necessidade de não subalternizar o papel do comércio e serviços, que tem sido, sistematicamente, desvalorizado, no seu contributo para o desenvolvimento do nosso país. Um desenvolvimento quer se quer assente num crescimento sustentável ancorado nos novos factores competitivos potenciados pela "revolução do digital", ou seja, numa economia focada na servitização da economia por via de uma crescente desmaterialização das actividades produtivas. O PT2030 não pode ter como grandes objectivos estratégicos: a «transição digital» e a «transição climática» e, simultaneamente, subestimar o contributo do comércio e serviços na persecução destes dois objectivos estruturantes.

É hoje por demais evidente o papel decisivo que cabe ao comércio e serviços em quatro domínios essenciais, nos quais as políticas públicas devem concentrar a maioria dos seus recursos:

a) Na criação de emprego e na fixação e atracção de pessoas e talentos;

b) Na criação de valor e na orientação exportadora da nossa economia;

c) Na valorização do território, em especial ao nível das políticas de cidade, visando aumentar a qualidade de vida dos cidadãos e, consequentemente, o grau de atractividade do nosso país;

d) Numa economia mais amiga do ambiente, ou seja, integrada nos objectivos fixados para a transição climática.

Olhemos então, ainda que de forma sucinta, para cada um destes domínios, onde são bem marcantes as evidências que confirmam o elevado impacto das actividades de serviços sobre os mesmos.

1. Começando pelo emprego e pela relevância das qualificações e da formação profissional:

Ao longo das últimas décadas, em que o sector industrial deixou de ser um criador líquido de postos de trabalho (automação/desenvolvimento de indústrias de capital intensivo e deslocalização de cadeias produtivas com maior intensidade no factor trabalho), o sector terciário tem sido o único que tem vindo a criar emprego. Primeiro, absorvendo mão-de-obra dos outros sectores e, mais recentemente, obrigado a recorrer a mão-de-obra imigrante para satisfazer as necessidades de recursos humanos em muitas das suas actividades.

O terciário representa 72% (números de 2023) do emprego total na economia portuguesa, cabendo 25% ao sector secundário e apenas 3% ao sector primário. Ou seja, mais de 3.5 milhões de empregos correspondem a actividades de serviços, com destaque para o comércio com 724 mil empregos e para os estatisticamente classificados como "outros serviços" com 1 milhão e 200 mil empregos, os quais englobam, nomeadamente, os serviços às empresas nas áreas da consultoria e de apoio técnico, os serviços ligados às TIC e os serviços da Administração Pública.

Hoje, em muitas actividades, o sector confronta-se, como dissemos, com falta de recursos humanos, tendo que recorrer à população imigrante. A maioria dos trabalhadores imigrantes que estão em Portugal exercem - números do Observatório das Migrações - a sua actividade no sector terciário, com destaque para as actividades económicas de alojamento e restauração (16% dos trabalhadores estrangeiros em 2021), actividades administrativas e de serviços prestados às empresas (com 22%), e comércio (com 14%).

Também ao nível do empreendedorismo dos imigrantes, o terciário é o sector que se destaca, com especial incidência no comércio (32% dos empreendedores estrangeiros) e no alojamento e restauração (com 19%).

Dois problemas fundamentais, a que as políticas públicas não tem sabido dar a conveniente resposta (apesar de existirem um conjunto de experiências positivas a nível local que importa replicar), têm que ver com a integração de uma parte dos imigrantes e com as qualificações de muitos dos activos (imigrantes e não só), nomeadamente, em actividades em que as mesmas não são sinónimo de elevados níveis de escolaridade, sendo que requerem pessoas com os saberes e as competências necessárias ao exercício das suas funções. Isto é tanto mais relevante quanto se trata de um sector em que o valor criado pelas empresas assenta, acima de tudo, no serviço prestado e este depende, em grande medida, do desempenho dos seus recursos humanos.

A formação profissional tem aqui um papel fundamental, cabendo às políticas públicas apoiar a mesma, seja numa fase que antecede a integração destes activos no mercado de trabalho, seja em ligação com as empresas, durante o processo de integração dos mesmos no exercício de uma actividade e ao nível da formação continua, em especial, impulsionando a chamada «formação acção», realizada em contexto laboral. Responsabilidade que, não escondemos, cabe, também, aos empresários e que deve apontar para uma valorização profissional das funções desempenhadas nessas mesmas actividades, seja na restauração ou na hotelaria, seja no comércio, seja em serviços de apoio diversos.

Ao contrário do que alguns anteciparam as mudanças tecnológicas e a "revolução do digital" não implica reduzir o contributo do trabalho humano nas economias. É certo que, em algumas actividades, a máquina ou as novas tecnologias digitais podem

reduzir o número de trabalhadores, mas essa redução é compensada pela criação de novas funções onde o trabalho humano é insubstituível e que são funções chave do desempenho das economias: seja na concepção, na inovação criativa ou na diferenciação competitiva, são as pessoas e a sua capacidade criadora na busca de soluções personalizadas que assegura a valorização competitiva das empresas.

A tecnologia é, sem dúvida, um instrumento indispensável, actuando ainda como um facilitador e libertador de tempo de trabalho, mas quem realmente cria valor é o engenho humano e a qualidade do seu desempenho. O ensino profissional pode aqui desempenhar um papel fundamental, sabendo-se que estamos muito longe de alcançarmos as metas com que nos comprometemos neste domínio.

Assim, um dos principais desafios para termos uma economia mais competitiva continua a passar, em grande medida, pelas qualificações e competências dos nossos activos (e não apenas pelo seu grau académico) e pela capacidade de atrair mais talentos. Qualificações e competências que, insistimos, não convergem todas em perfis académicos de nível superior, mas que são exigidas em todos os perfis profissionais, em que as exigências de desempenho e a correlativa valorização das diferentes funções têm que estar permanentemente presentes.

Esta valorização é, igualmente, muito relevante quando abordamos os desequilíbrios demográficos do país e olhamos para as regiões que se confrontam com elevados níveis de perda de população residente, tendência que, em grande medida, resulta do abandono destas por um número crescente de jovens em idade activa, motivado por estes não encontrarem um emprego conducente com as suas expectativas e não perspectivarem, nas regiões onde vivem, a qualidade de vida que anseiam. Os serviços têm aqui um papel essencial a desempenhar: por um lado, oferecendo emprego e, por outro, sendo um elemento essencial da referida qualidade de vida, permitindo-lhes o acesso a um conjunto tão amplo quanto possíveis de serviços (dos serviços essenciais aos serviços associados à cultura e lazer).

2. Passemos, agora, ao segundo domínio atrás identificado e que tem que ver com o papel dos serviços na criação de valor e na orientação exportadora da economia.

Um dos desafios da economia portuguesa - bem evidenciado, não é demais referi-lo, em estudo recente realizado para a CCP pelo Prof. Augusto Mateus e a que já fizemos referência no nosso anterior Boletim - é a passagem de uma "economia das quantidades (economia custo) para uma "economia de valor". Ora, o principal indicador para aferir o grau dessa transformação é o valor acrescentado criado pela economia.

No estudo que referimos, que trabalhar a informação estatística disponível (OCDE/OMG com dados até 2018), vemos que o sector terciário é responsável em Portugal por 79% do valor criado no nosso país, sendo que destes, 72% cabem a serviços mercantis (sem administração pública). Este peso esmagador contrasta com o das actividades primárias e das indústrias que viram nas últimas décadas o seu contributo para a criação de riqueza reduzir-se de forma bem expressiva: tomando como referência o ano de 1998, nas últimas três décadas as indústrias passaram de 28% para 14% e as actividades primárias caíram de 9% para 3%.

Ou seja, esta evolução ocorre num tempo relativamente curto (30 anos, decorridos do final do século XX até finais dos anos 10 deste século), coincidindo com o período em que o discurso oriundo da U.E. e replicado pelos governos existentes em Portugal, colocavam a tónica na "reindustrialização da economia". Aliás, para que não ficassem dúvidas sobre o que se pretendia dizer ao usar o conceito de indústria que é susceptível de referenciar conjuntos diferenciados de actividades económicas, eram fixadas metas para o VAB da indústria transformadora, apontando para um significativo reforço desta em relação aos restantes sectores económicos. O nosso governo num documento do início da década passada (produzido, recorde-se, no contexto da crise das dívidas soberanas), e apontado como estratégico para a Industrialização da Economia Portuguesa, fixava como meta que o VAB da indústria transformadora em 2020 atingisse os 20% do PIB. Ora, as orientações de política podem retardar ou acelerar as tendências da evolução das economias, mas não conseguem verdadeiramente invertê-las. É, a economia que acaba sempre por ter a palavra decisiva e, ao ditar o reforço dos serviços, não permitiu acomodar um retrocesso obsoleto rumo a modelos económicos do passado. E, não se trata aqui de pôr os diferentes sectores em confronto entre si, ou de fazer da economia uma competição com vencedores e vencidos. As diferentes actividades económicas e os sectores que as incorporam devem ser complementares pois a competitividade da economia requer que todos eles sejam mais competitivos.

O que os números na verdade mostram é que, quer o sector primário, quer o secundário, podem produzir mais e com maior eficiência (produtividade) os bens de que a economia carece, mas que a criação de valor novo está, sobretudo, nas actividades ditas intangíveis ou imateriais. E, como também evidencia o trabalho do Prof. Augusto Mateus, esta transformação não é apenas traduzível numa transferência entre diferentes sectores, mas ela é, sobretudo, transversal a toda a estrutura produtiva podendo, numa palavra, designar-se por **servitização.**

Melhor do que a expressão "revolução digital", que referencia apenas o principal instrumento potenciador desta evolução, o que é verdadeiramente estrutural é a desmaterialização das cadeias de valor de bens e serviços e, consequentemente a alteração daqueles que são os factores produtivos essenciais, no caminho para uma competitividade acrescida, com reforço da produtividade por um lado, mas também, com uma trajectória de desenvolvimento sustentável.

Por isso, o desenvolvimento do sector industrial não se mede pelo seu peso quantitativo, mas pelas transformações que ocorrem no seu próprio funcionamento e que melhoram o desempenho global das economias. Este não é hoje idêntico ao que era no passado, sendo atravessado por uma incorporação crescente de actividades e componentes imateriais, sendo que, muitas vezes, o produto final já não pode ser apenas identificado por um bem (produto material), mas é constituído por um pacote em que o elemento físico é acompanhado por várias componentes imateriais em que, frequentemente, é a prestação do serviço que é o elemento mais relevante e matricial.

Isto significa que, para termos uma economia mais competitiva, os programas de apoio público à economia e às actividades produtivas não podem continuar centrados em investimentos materiais ou corpóreos e tem que orientar-se, cada vez mais, para os recursos humanos e para as componentes imateriais do valor (da concepção e do desenho dos produtos, passando pela organização e consultoria de projecto, e culminando no marketing, no acesso ao mercado e em toda a logística que lhe está associada). O desenho do nosso PT2030 ainda se nos afigura longe de estar formatado de acordo com estas prioridades.

Existe, por outro lado, um relativo consenso nacional sobre que o caminho a seguir pela economia portuguesa deve assentar numa economia aberta e que tenha uma orientação competitiva orientada para o reforço das exportações. Isso, aliás, tem sido traduzido pelas metas fixadas para o crescimento das exportações brutas no PIB, em que se destaca o objectivo anunciado pelos sucessivos governos de atingirmos um peso destas de 50% no Produto. O problema é que - como temos dito e escrito em múltiplas ocasiões - o valor bruto das exportações é, em si mesmo, um indicador inadequado para medir o nosso desempenho e o perfil de abertura da economia. Isto porque, uma parte elevada do valor que exportamos não é criado em Portugal, mas se traduz-se num custo para o país resultante das componentes importadas que dele fazem parte. O estudo, a cuja informação estatística temos vindo a recorrer, mostra que as nossas exportações incorporam 31% de conteúdos importados (tendo este valor subido mesmo, relativamente a 1995, em que era de 24%) e eles estão, sobretudo, associados às exportações de bens. Retirando a parte importada incorporada no valor exportado obtemos os números reais do contributo das exportações no valor criado nacional, ou seja, o valor das exportações líquidas. E verificamos que este em 2018 se situa nos 30% do PIB (longe dos 39% dos valores brutos). Diferencial, que tudo indica, se tem vindo a reforçar nas exportações de bens, sendo atenuado pelo maior peso dos serviços.

E, ainda quando olhamos para aquilo que exportamos em termos líquidos, verificamos que, ao contrário do que os valores brutos revelam, o contributo dos serviços no valor criado nas exportações é maior do que é gerado nos bens, atingindo 60% (em 1995 era de 52%) contra 37% dos bens (em 1995 era de 45%).

Vemos assim que, ao contrário do que é veiculado por uma informação incompleta e destorcida, o contributo dos serviços para o nosso comércio externo e para a abertura da nossa economia é, muito relevante. E, tudo aponta para que tenderá a aumentar no futuro.

Lamentavelmente, o Banco de Portugal, a quem cabe a produção oficial do comércio externo dos serviços, trata este comércio como sendo apenas componentes da balança de pagamentos, reduzindo-o a uma rubrica contabilística de crédito e débito desta; e, por seu turno, o INE, a quem compete produzir as estatísticas do comércio de bens, fala com muito pouco rigor deste, omitindo, sistematicamente, nomeadamente nos seus "destaques" à comunicação social, que a balança de bens não esgota a balança comercial do país, nem pode ser tomada pelo seu todo.

Em definitivo, se Portugal ambiciona ser uma economia aberta com um forte pendor exportador, tem que incorporar os serviços na sua estratégia de desenvolvimento, a qual infelizmente se tem, quase sempre, limitado a reproduzir os grandes objectivos consagrados nos textos da União Europeia.

Enquanto na exportação de bens a evolução que se vem registando pouco se afasta das variações da procura externa relevante, não se registando significativos ganhos globais de quota de mercado, nos serviços a evolução tem tido uma trajectória de crescimento continuado estando bem acima da evolução da procura, embora impulsionada sobretudo, pelo turismo e com uma ainda excessiva concentração num número reduzido de mercados de destino (mas, mesmo as exportações brutas de serviços, representam já 40% do valor das exportações totais).

O potencial de crescimento das exportações de serviços é ainda elevado, pois se o «boom» turístico, coloca este subsector, como dissemos, com um peso nas exportações muito elevado (49% do total dos serviços), outras actividades terciárias têm vindo, igualmente a crescer, embora a um ritmo que está longe de esgotar o seu potencial exportador, como sucede com os transportes (de pessoas e mercadorias) ou com os serviços às empresas, nomeadamente nas áreas de projecto e de consultoria empresarial, onde são evidentes a elevada capacidade exportadora associada, nomeadamente, à atracção de IDE nestes domínios. Entre 2020 e 2023, segundo o Banco de Portugal, a balança de serviços passou de um saldo positivo de 8.6 milhões de euros para 28.0 milhões, enquanto a balança de bens viu o seu crónico défice agravado, ao passar de -12.5 milhões para -24.7 milhões, com destaque neste número para os bens integrados no sector secundário da economia.

No ano de 2023, as exportações de bens caíram mesmo em -1% relativamente ao ano anterior, interrompendo o ciclo de crescimento que se vinha registando desde o início da década anterior, em grande medida em resultado da quebra do nosso principal mercado exportador, a Espanha, que registou uma redução de -2.7% em 2023. Os números conhecidos para o 1° trimestre de 2024 confirmam a continuação desta tendência decrescente.

Nos serviços, como sabemos, o turismo destaca-se, com um saldo positivo da sua balança externa de 18.8 milhões em 2023. Contudo, é, também, de assinalar a evolução positiva registada nos transportes, com um saldo positivo que passou de 1.8 milhões em 2020 para 4.7 milhões em 2023 (sobretudo em razão da evolução da balança do transporte aéreo e apesar dos constrangimentos que continuam a afectar a nossa transportadora aérea) merecendo, também, destaque, os serviços de telecomunicações, informática e informação, que passaram de 1.3 milhões para 2.4 milhões neste triénio e os designados "outros serviços fornecidos por empresas" (que, incompreensivelmente, a informação disponibilizada pelo Banco de Portugal remete, de forma agregada, para uma categoria quase residual) e que passou de 0.6 milhões de euros para 2.1 milhões nos mesmos anos.

Em síntese e no geral, a aposta exportadora implica vencer três desafios:

- **Diversificar mercados de destino**, potenciando o posicionamento geoeconómico do nosso país e o nosso histórico relacionamento com as principais regiões do globo, ou seja, assumindo que o fechamento da Europa sobre si próprio adoptando uma postura proteccionista, sob a capa de uma pretensa autonomia estratégica, não é bom para a Europa e menos ainda para Portugal. O FMI e a OMC divulgaram, num trabalho recente, que a continuação da fragmentação económica que se vem registando a nível global reduziria o PIB mundial em 5 a 7%, com especial incidência em economias menos desenvolvidas ou que apresentem um perfil com maior abertura da sua economia. O nosso comércio externo não deve ficar concentrado num pequeno conjunto de países da U.E. (sobretudo, a Espanha, França e Alemanha, responsáveis por cerca de 2/3 do nosso comércio externo). A aposta em novos mercados, nos últimos anos, apenas se traduziu, com algum destaque, no incremento das exportações para os E.U.A..

- **Mudar o perfil das nossas exportações** apostando em actividade com maior incorporação de valor acrescentado nacional, o que passa inevitavelmente por reforçar o peso dos serviços no pacote exportador, dado que uma política de "substituição de importações" não é viável em grande escala a no curto/médio prazo.

- **Obter ganhos de valor** com maior incorporação de componentes nacionais, nomeadamente, nos transportes e na distribuição.

3. E passamos agora ao terceiro domínio que destacámos no início, e que reporta ao território e às políticas de cidade.

Como temos defendido repetidamente o território constitui, juntamente com os recursos humanos, a maior mais-valia com que o nosso país pode contar na definição de uma estratégia de desenvolvimento competitivo. Por isso, temos sempre afirmado que as políticas de território, sendo transversais relativamente às áreas sectoriais, devem sobrepor-se às lógicas particulares de cada sector e serem devidamente respeitadas e incorporadas nas diferentes políticas sectoriais. Infelizmente, os textos que definem as políticas de ordenamento e planeamento do território - PNPOT e PROTs, em especial - são muito poucos respeitados ao nível das várias políticas com incidência no território, sendo que, por outro lado, aqueles são elaborados sem terem em devida conta o papel das políticas sectoriais. Um bom exemplo, diz respeito às políticas de cidade em que cabe às Câmaras Municipais um papel preponderante. O que temos visto, na generalidade dos casos, são políticas de cidade que ignoram o papel e a relevância que as actividades económicas têm nas mesmas, sendo que, ao mesmo tempo, temos políticas sectoriais que continuam a ser pensadas desligadas da sua inserção territorial. Isto, sendo válido para todos os sectores económicos, é-o, especialmente, no que se refere ao comércio e aos serviços que são, de todos os sectores, aqueles cuja presença nos espaços urbanos é mais marcante e estruturante. Podem existir cidades sem relevante presença de actividades primárias ou industriais, mas não podem existir cidades sem comércio e sem serviços, porque estes são o pulmão da vida urbana e da satisfação das necessidades dos seus residentes, além de constituírem o principal barómetro da qualidade de vida e da capacidade das cidades de fixarem ou atraírem novos residentes.

Dir-se-á que cabe ao mercado e à iniciativa privada a função de ajustar as ofertas à procura e que as políticas públicas têm apenas uma intervenção subsidiária. Em geral, subscrevemos que a função dos poderes públicos na economia deve ser essencialmente reguladora e não planificadora, ou seja, deve ser o pleno funcionamento das regras da concorrência a ditar as escolhas económicas; contudo, quando estão em causa acções que interferem com a estruturação do espaço urbano, o mercado não pode ser o único decisor e os poderes públicos têm aqui uma responsabilidade que não podem alienar. O impacto de más decisões tem um efeito duradouro na fisionomia urbana, que vai do edificado ao espaço público e que afectam a qualidade de vida nas nossas cidades.

Por isso, a nova carta de Leipzig da U.E. relativamente às políticas de cidade, defende com enorme clareza o papel primordial destas políticas e o carácter integrado e participativo a que as mesmas devem obedecer. As cidades querem-se feitas para as pessoas e em função da satisfação das suas necessidades: desde logo, no acesso aos bens e serviços que devem ser baseados em critérios de proximidade e de diversidade, mas também, na fruição do espaço público, associado ao conceito de «cidade verde» e à existência de espaços e lugares de convívio e lazer, combinados com uma mobilidade sustentável, assegurada por meios de transporte ajustados às necessidades dos diferentes perfis de residentes e visitantes.

Com o «boom» turístico que o país tem registado, ocorreram importantes mudanças no perfil urbano, sobretudo, nas suas zonas centrais e nas principais cidades do país (Lisboa e Porto, muito em especial). O contributo que o mesmo deu para a requalificação destes centros é inegável e só foi possível porque com ele foi possível assegurar o retorno dos investimentos realizados com uma forte intervenção do sector privado. Mas, ao mesmo tempo, as ofertas de bens e serviços foram reorientadas em função do consumidor turista e assistiu-se a uma perda de diversidade, que afasta, nomeadamente, os residentes dos centros da cidade, com uma excessiva concentração das ofertas, que tornam, em muitos casos, os centros de cidade em meras «feiras» para turistas. Uma política de cidade incorporadora de uma política de turismo não pode ser indiferente a estas mudanças. E, se por um lado, deve considerar que os turistas querem viver a cidade naquilo que ela tem de genuíno permitindo o convívio com os seus residentes, por outro, não pode olhar para o turismo como se os turistas apenas significassem transporte e espaços de alojamento. Estes, quando estrangeiros, vêm a Portugal por aquilo que o país tem de atractivo e diferenciador e é por isso que pensar as políticas de turismo circunscrevendo-as a um conjunto restrito de actividades, que nem sequer são a razão diferenciadora que os faz virem a Portugal, não faz qualquer sentido: a atracção das cidades funda-se numa diversidade de elementos de que o comércio e serviços são parte, sendo o transporte e o alojamento um subconjunto deste.

É, por tudo isto, que consideramos que o PT2030 deveria dar uma importância acrescida às políticas de cidade e que estas têm que ser políticas estruturadas com base num planeamento integrado, que não deve autonomizar o turismo e que tem, naturalmente, que incluir o comércio e serviços, numa política em que a organização do espaço público e estas ofertas não são realidades separadas, mas têm que ser pensadas em conjunto e de forma articulada. É esta visão política que o conceito de «urbanismo comercial» procura incorporar e que lamentavelmente, está ausente dos textos até agora conhecidos do PT2030 e, em especial, ao nível dos diversos P.O. Regionais, os quais, quando referenciam actividades económicas, se focam, sobretudo, nas áreas infra-estruturantes, parecendo ignorar a real dimensão que estas políticas convocam e focando-se em ofertas específicas (museus, monumentos) que, sendo certamente importantes, estão longe de ser, no caso português, um primordial factor de atractividade.

Temos um desenvolvimento urbano muito desestruturado, com evidentes défices na qualidade de vida urbana e, por isso, as políticas de cidade deveriam constituir uma prioridade na programação do PT2030, sabendo que as cidades são, cada vez mais, um elemento chave na afirmação competitiva nos países.

4. Finalmente, o último domínio referido, que coloca, o comércio e serviços como sendo actividades "amigas" do ambiente e impulsionadoras da transição climática em directa associação com outro grande objectivo estruturante que é a transição digital.

Um comércio de proximidade, a desmaterialização de um conjunto de produtos de consumo, a comunicação digital e as TIC são mudanças amigas do ambiente. Ao contrário da poluição atmosférica gerada por fábricas ou de veículos motorizados utilizando combustíveis poluentes que, muitas vezes, são o único meio de acesso aos serviços que as populações dispõem, os seus ganhos não podem ser contabilizados individualmente – daí o absurdo de impor objectivos quantificáveis por empresa em projectos de investimento nestas actividades como pretende o PT 2030.

A sustentabilidade ambiental e, mais em concreto a economia circular implica profundas transformações e exige tempo, um enquadramento legal claro, mecanismos de apoio e, não menos importante, um reforço da informação disponível. Representa uma mudança de paradigma e, nesse contexto, constitui um desafio para as empresas incluindo empresas do comércio e serviços. A Comissão Europeia tem vindo a lançar inúmeras iniciativas para fomentar a circularidade dos produtos, de que é exemplo o regulamento para combater o aumento constante de resíduos, harmonizar as regras do mercado interno e dar impulso à economia circular, regulamento recentemente aprovado pelo Parlamento Europeu e que é complementado pela directiva relativa ao chamado «direito à reparação» para os consumidores, que estabelece regras que clarificam as obrigações dos fabricantes de reparar bens e incentivam os consumidores a alargar o ciclo de vida de um produto através da reparação. Muitas outras iniciativas estão em curso visando garantir a neutralidade carbónica e um melhor aproveitamento dos recursos.

Em todas estas iniciativas o sector do comércio e vários serviços é chamado, crescentemente, a contribuir e participar, nomeadamente, nos processos de recolha e valorização de materiais e produtos para reciclagem.

Todavia, esta evolução não se tem revelado fácil, nomeadamente pelo enquadramento legal, que sofre alterações constantes, tornando o mesmo de difícil compreensão para os empresários, em especial as PME. Mas falta, igualmente, uma visão de conjunto, agregadora, que contribua para aumentar a compreensão de empresas e consumidores sobre os desafios, mas também as oportunidades que decorrem de uma economia mais circular.

Há problemas de base de difícil resolução, nomeadamente, os relativos às cadeias de abastecimento, naturalmente dispersas, e que têm conhecido alguns desenvolvimentos negativos em resultado do contexto internacional e que aprofundam as dificuldades pra garantir maior sustentabilidade para os produtos e modelos de negócio. Estas dificuldades exigem dos poderes públicos a adopção de políticas públicas, visando estimular a cooperação, nomeadamente empresarial, o reforço da informação disponível, a disseminação de boas práticas, algo que não acontece ou acontece de forma desordenada. De um modo geral, mesmo no âmbito do PT 2030, faltam estímulos para fomentar uma economia circular.
Não obstante as dificuldades, há um significativo potencial para criação de novos produtos, incorporando serviços (nomeadamente na área da reparação) e novos modelos de negócio, e com isso, também, novos empregos. Há um aumento de consciencialização dos consumidores sobre a importância de apostar em produtos mais sustentáveis, e muitas empresas estão igualmente a apostar no fornecimento destes produtos e a adoptar um conjunto de práticas, voluntárias, para contribuir para as metas que o País se propôs. O ESG pelo impacto que terá em toda a cadeia económica, independentemente da dimensão das empresas, acabará por contribuir para o acelerar das mudanças em matéria de sustentabilidade.

A CCP entende que o PT 2030 deve servir, de forma inteligente, o objectivo de termos uma economia mais amiga do ambiente. Com uma economia mais desmaterializada e mais circular estamos a promover este objectivo. Nestes dois domínios as empresas de comércio e de muitos serviços podem dar o seu contributo. Neste contexto, nomeadamente, da aprovada Agenda para a Competitividade do Comércio e Serviços, constam medidas orientadas para uma maior sustentabilidade no sector que esperamos possam ser lançadas muito brevemente. ●

OS NÚMEROS

INDICADORES ESTATÍSTICOS NACIONAIS:

Nos primeiros meses de 2024 a economia portuguesa continua a crescer, embora cresça cada vez mais moderadamente

No primeiro trimestre de 2024 não se registaram alterações significativas no contexto económico, pelo que a economia portuguesa manteve-se na trajetória de crescimento lento que a tem caracterizado nos anteriores trimestres, com uma variação homóloga no PIB de apenas +1,5%, aquém dos +2,1% do último trimestre de 2023 e aquém dos +2,5% registados no 1º trimestre de há um ano atrás. Apesar disso, mantem-se acima do crescimento médio de +0,5% e +0,4% no PIB da UE e da Zona Euro, respetivamente, no primeiro trimestre do corrente ano.

(Trim)	Despesas de consumo final	Formação bruta de capital	Procura interna	Export. (FOB)	Import. (FOB)	PIB a preços de mercado
Variação face ao período homólogo do ano anterior (%)						
2023 - ANUAL	**1,5**	**1,0**	**1,4**	**4,1**	**2,2**	**2,3**
I	1,5	-4,4	0,4	10,3	5,0	2,5
II	1,7	-0,8	1,2	4,0	0,9	2,6
III	1,2	5,8	2,1	-0,5	0,0	1,9
IV	1,5	3,6	1,9	3,2	2,9	2,1
2024						
I	0,9	1,5	1,0	2,5	1,4	1,5
Variação face ao período homólogo de 2019 - anterior à pandemia (%)						
2023 - ANUAL	**5,1**	**10,9**	**6,1**	**11,7**	**12,3**	**5,9**
I	6,1	9,2	6,6	12,3	12,3	6,7
II	5,2	7,9	5,7	12,7	11,8	6,2
III	4,4	9,6	5,4	11,1	11,0	5,5
IV	4,5	17,1	6,7	10,8	14,3	5,4
2024						
I	7,0	10,8	7,7	15,1	13,8	8,3

Fonte: INE, Contas nacionais trimestrais e anuais

A desaceleração da economia no primeiro trimestre do ano decorreu do contributo da procura interna, já que da procura externa líquida o contributo para o crescimento do PIB foi ligeiramente mais favorável que no último trimestre de 2023.

Do lado da procura interna, com um contributo para o crescimento do PIB, de apenas 1 ponto percentual (p.p.) (abaixo dos 1,9 p.p. do trimestre anterior), observou-se uma **desaceleração no crescimento quer do consumo privado quer do investimento**, só ligeiramente contrariado por pequena aceleração registada no consumo público. **No consumo privado, com um crescimento homólogo de apenas +0,7%**, é de assinalar o decréscimo homólogo de -3,6% no consumo de bens duradouros.

No investimento, com um crescimento homólogo de +1,5%, é de assinalar a **desaceleração** na Formação Bruta de capital fixo (FBCF) em **equipamento de transporte** para +2,5% (compara com +19,3% no 4° trimestre e com +18,5% no primeiro trimestre de 2023), e o **decréscimo** de -0,6% na FBCF em **Outras Máquinas e Equipamentos** (compara com +9,8% no 4° trimestre e com +3,3% no primeiro trimestre de 2023).

A evolução ligeiramente favorável na **procura externa líquida**, com um contributo de 0,5 p.p. para o crescimento do PIB (acima dos 0,1 p.p. no trimestre anterior), resultou de um **abrandamento no crescimento** de +2,9% para +1,4% **nas importações, de maior magnitude que o abrandamento nas exportações**, cujo aumento passou de +3,2% para +2,5%, no 1° trimestre do ano. Destaca-se ainda que **a desaceleração das exportações resultou da acentuada desaceleração de +6,3% para 3,4% das exportações de serviços**, já que as exportações de bens (+2%) até aceleraram, face ao trimestre anterior (+1,6%).

É de salientar que, pelo quinto trimestre consecutivo, se **registaram novamente ganhos nos termos de troca,** com uma variação negativa mais acentuada no deflator das importações, que no deflator das exportações.

Em termos nominais o saldo externo de bens e serviços, no primeiro trimestre do ano, não só foi positivo como se reforçou significativamente para 2,7% do PIB (face aos 0,7% do PIB registados no 1° trimestre de 2023), atingindo o valor trimestral mais elevado desde o início da série das Contas Nacionais.

No mercado de trabalho, segundo o Inquérito ao Emprego do INE, **o crescimento do emprego no 1° trimestre acelerou moderadamente para +1,8%** (foi de +1,6% no 4° trimestre e de +1,3% no 1° trimestre, de 2023) **e o número de desempregados decresceu -3,4%** (tinha aumentado +3%, no último trimestre do passado ano), **correspondendo a uma taxa de desemprego de 6,8%** (+0,2 p.p. que no 4° trimestre de 2023 e -0,4 p.p. que no 1° trimestre de 2023).

O ligeiro reforço no crescimento do emprego para +1,8% no primeiro trimestre do ano sintetiza um conjunto de dinâmicas sectoriais distintas. No sentido positivo é de salientar o ligeiro acréscimo de +0,8% no emprego da indústria transformadora, depois de no passado ano, com a exceção do 2° trimestre, ter registado consecutivamente decréscimos no emprego. Já no caso do emprego do sector primário registou-se uma desaceleração acentuada, passando de um crescimento de +11,3% no último trimestre de 2023, para +4,7%.
No sector dos Serviços e no do comércio, o crescimento do emprego foi de +1,2% e +2,5%, sem grandes alterações face ao registado no último trimestre do passado ano (+1,4% e +2,3%, respetivamente).

Segundo o INE e tendo por base os dados da Segurança social e da Caixa geral de Aposentações, a remuneração bruta total mensal média por trabalhador (por posto de trabalho) aumentou 6,1%, para 1 443 Euros, no 1.° trimestre do ano.
Enquanto o índice de Custo Trabalho (ICT) do INE, registou um acréscimo homólogo de +6,2% no 1° trimestre de 2024 (compara com +6,2% no 4° trimestre de 2023).

No corrente ano a inflação homóloga mensal continuou a desacelerar até abril, tendência só interrompida com a aceleração registada no mês de maio, para 3,1%. Esta aceleração em maio resultou sobretudo do efeito de base associado à redução mensal de preços registada em maio de 2023 (-0,7%), no seguimento da isenção de IVA num conjunto de bens alimentares, e, em menor grau, da aceleração de preços dos hotéis.

A inflação homóloga anualizada ascendeu a 2,6% em maio.

Sobre a evolução das taxas de juros destaca-se o facto do BCE, em 6 de junho último, ter descido as taxas de juro diretoras em 25 pontos base, depois do ciclo de aumentos que se sucederam desde 21 de julho de 2022. Esta descida irá reflectir-se também na evolução futura da Euribor.
Sobre a Euribor[1], a evolução recente evidenciou uma descida em maio da Euribor em todos os prazos, a três, 6 e 12 meses, para 3,813%, 3,787% e 3,681%, respetivamente.
A projeção do Banco de Portugal de Junho, fruto da revisão ligeira em alta, face às projeções de Março, prevê que a Euribor a 3 meses se situe em média, em 2024, em 3,6% e em 2025, em 2,8%.

No que se refere à evolução das taxas de juro para novos empréstimos às empresas portuguesas, até março, a evolução foi oscilante. Depois da primeira descida em novembro do passado ano, a taxa de juro média das novas operações de empréstimos às empresas, de montantes acima de 1 milhão de euros, diminuiu até fevereiro, e subiu em março para 5,46%. Nas de montante inferior a 1 milhão de euros, a taxa de juro subiu em janeiro 20 pontos base (p.b.)., desceu 40 p.b. em fevereiro e registou nova subida de 80 p.b. em março, para 5,90%.

[1] A Euribor é uma das principais taxas de referência do mercado monetário da Zona Euro. Indica a taxa de juros média dos empréstimos interbancários sem garantia, da Zona Euro.

ALGUNS INDICADORES NACIONAIS RELEVANTES

Movimentos na Rede Multibanco

-11,5% Decréscimo homólogo Março 2024

IVN* Comércio a Retalho Alimentar

+4,8% Acréscimo homólogo Abril de 2024

IVN* Comércio a Retalho Não Alimentar

+0,2% Decréscimo homólogo Abril de 2024

IVN* Serviços

+2,2% Acréscimo homólogo Abril de 2024

IVN* COMÉRCIO POR GROSSO

+3,5% Acréscimo homólogo Abril de 2024

IVN- Índice de Volume de Negócios

A taxa de juro implícita no conjunto dos contratos de crédito à habitação diminuiu em maio pelo quarto mês consecutivo, para 4,556%, traduzindo uma descida de 5,0 p.b. face a abril (4,606%).

Nas contas públicas, segundo a Direção Geral do Orçamento, nos primeiros três meses do ano o saldo global das administrações públicas (AP) registou um défice de 259 milhões de euros, "situação que não se verificava desde dezembro de 2022 e que representa uma diminuição de 5317,5 milhões de euros face ao verificado no mesmo período do ano anterior. Este défice resultou dos efeitos conjugados da diminuição da receita (-7,4%) e do acréscimo da despesa (+15,1%).

Até abril o défice global das AP reforçou-se para 1939,2 milhões de euros, com a diminuição da receita (-4,5%) e o acréscimo da despesa (+14,7%).

As projeções de junho do Banco de Portugal para a economia portuguesa, face às projeções de março, mantiveram **a projeção para o crescimento do PIB em 2024 em 2%, reviram em alta a previsão de crescimento do emprego de 0,7 para 1%, bem como do Índice harmonizado de preços no consumidor de 2,4% para 2,5%.**

Dando continuidade ao crescimento moderado que generalizadamente caracterizou o primeiro trimestre do ano, os indicadores da atividade económica disponíveis mais recentes (na maioria referentes a maio), não indiciam uma evolução muito diversa da dos primeiros meses do ano, ainda que em maio surjam alguns registos mais favoráveis, do lado das empresas de alguns setores.

O indicador de confiança dos consumidores, depois de aumentar cinco meses consecutivos, atingindo em abril o valor mais elevando desde fevereiro de 2022, em maio do corrente ano diminuiu.
Do lado das empresas, em maio, os indicadores de confiança da Indústria transformadora, da Construção e obras públicas e, de forma ligeira, do Comércio, aumentaram, enquanto nos Serviços diminuiu.
Sobre as perspetivas de evolução dos preços, o saldo das expectativas dos empresários relativas à evolução dos preços de venda diminuiu em todos os sectores, excetuando-se o dos Serviços, o qual aumentou (depois de ter diminuído entre fevereiro e abril).
A evolução mensal dos vários indicadores do Inquérito ao emprego e as suas estimativas mensais para o mês de abril de 2024, e os resultados mais recentes dos inquéritos de curto prazo aos empresários sobre as perspetivas de emprego nos 3 meses seguintes[2], não indiciam para breve alterações significativas na evolução do desemprego e no ritmo de crescimento do emprego, face aos resultados observados no primeiro trimestre do ano.

Os resultados mensais provisórios do INE, referentes a abril, estimam variações não muito diferentes das de março, quer para o emprego, com uma ligeira desaceleração no crescimento homólogo, para +1,5%, quer para o desemprego, com um decréscimo homólogo de -2,8%. A estimativa para a taxa de desemprego foi de 6,3% (-0,1 p.p. que em março e -0,3 p.p. que em abril de 2023) e para a taxa de subutilização do trabalho foi de 11,1% (-0,1 p.p. que em março e -0,9p.p. que em abril de 2023).

Em termos sectoriais, segundo os inquéritos de curto prazo aos empresários (valores ajustados de efeito de calendário), em abril, os índices de emprego evidenciaram algum abrandamento enquanto os índices de horas trabalhadas apresentam uma evolução favorável.
A variação do índice de emprego manteve-se, como em março, em +1,7% no comércio a retalho (+3% em abril de 2023), desacelerou para +4,4% nos Serviços (+4,9% em março de 2024 e +8,3% em abril de 2023) e quase estagnou com +0,2%, na indústria (-0,2% em março de 2024 e +1,7% em abril de 2023).
Já a evolução do índice de horas trabalhadas em abril foi favorável em todos os sectores: no caso do retalho a variação do índice passou de +0,2% em março para +2,5% em abril (+1,2% em abril de 2023) e nos serviços passou de +0,4% em março para +0,9% em abril (+6,4% em abril de 2023). Na indústria passou de -8,5% em março para +9,3% em abril (-3,0% em abril de 2023).

No que se refere às remunerações, segundo os resultados mais recentes do INE a partir dos dados da Segurança Social e da Caixa Geral de aposentações, a remuneração bruta total mensal por trabalhador, de 1443 euros, registou um aumento homólogo de 6,1% no 1° trimestre de 2024 (5,7% no 4°T2023). A componente regular e a componente base da remuneração aumentaram 6,1% e 6,3%, situando-se em 1 285 Euros e 1 209 Euros, respetivamente. Em termos reais, tendo por referência a variação do Índice de Preços do Consumidor, a remuneração bruta total mensal média aumentou 3,8% e as suas componentes regular e base aumentaram 3,8% e 4,0%. É ainda de referir que o número de beneficiários da Segurança Social e da Caixa Geral de Aposentações, aumentou 2,9%, face ao 1°T2023.
Face a março de 2023, em março de 2024 a remuneração bruta total mensal média aumentou segundo todas as dimensões de análise (atividade económica, dimensão de empresa, sector institucional, intensidade tecnológica e intensidade de conhecimento). Os maiores aumentos registaram-se nas "Indústrias extrativas" (+12,9%), nas empresas de 500 e mais trabalhadores (+6,9%), no sector público (+6,3%) e nas empresas de "Serviços de mercado com forte intensidade de conhecimento" (+9,4%).

[2] O resultado dos inquéritos de curto prazo aos empresários sobre as perspetivas de emprego nos 3 meses seguintes, foi desfavorável na Indústria Transformadora, desfavorável até abril na Construção e favorável em maio, nos Serviços foi favorável até abril, mas foi muito menos favorável em maio, no Comércio melhoraram em abril e maio.

IVN* Comércio e Reparação Automóvel

-0,9%

Decréscimo homólogo
Abril de 2024

Automóveis passageiros Ligeiros novos – matrículas

+7,6%

Acréscimo homólogo
Abril de 2024

Mercado de Trabalho

+1,5%

Acréscimo homólogo total
de empregados
Abril de 2024

-2,8%

Decréscimo homólogo total
de desempregados
Abril de 2024

Índice do Número de Horas Trabalhadas

+2,5%

Acréscimo homólogo
no Comércio a retalho
Abril de 2024

+0,9%

Acréscimo homólogo
nos Serviços
Abril de 2024

IVN- Índice de Volume de Negócios

O índice de Custo Trabalho (ICT) do INE, registou um acréscimo homólogo de +6,2% no 1° trimestre de 2024 (compara com +6,2% no 4° trimestre de 2023).
Os custos salariais (por hora efetivamente trabalhada) aumentaram 6,3% e os outros custos aumentaram 6,1%. O ICT aumentou 4,8% na Indústria, 4,3% na Construção e 4,5% nos Serviços.
Segundo o INE, o crescimento homólogo do ICT resultou do acréscimo de +6,1% no custo médio por trabalhador e do decréscimo de -0,2% no número de horas efetivamente trabalhadas por trabalhador.
O acréscimo no custo médio por trabalhador ocorreu em todas as atividades económicas, com as maiores variações a ocorrerem na indústria e na Construção (em ambos os setores de +6,3%) e a menor a ocorrer na Administração Pública (+5,4%).
O acréscimo nas horas efetivamente trabalhadas por trabalhador também aumentou em todas as atividades económicas, com exceção da Administração Pública, onde diminuiu 0,2%. O maior acréscimo registou-se também na Construção (+2,0%) e o menor ocorreu na indústria (+1,4%).

Quanto à evolução recente da inflação, em maio de 2024, a inflação homóloga mensal acelerou para 3,1% (compara com 2,2% em abril e com 3,4% em maio de 2023). A inflação anualizada foi em maio de 2,6%.
Segundo o INE, a variação em maio do índice de preços relativo aos produtos energéticos foi de 7,8% (7,9% em abril) e o índice referente aos produtos alimentares não transformados aumentou para 2,5% (tinha sido nula em abril).
A inflação subjacente (excluindo produtos alimentares não transformados e energéticos) foi de 2,7% em maio (2,0% em abril).
Destaca-se a classe de bens com maior contribuição negativa para a variação homóloga do IPC em maio: a dos Acessórios, equipamento doméstico e manutenção corrente da habitação. E no sentido oposto, destacam-se as contribuições positivas das classes dos Bens alimentares e bebidas não alcoólicas, dos Restaurantes e hotéis, da Habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis, e a dos Transportes.
A variação do índice harmonizado de preços no consumidor aumentou em maio para 3,8%, 1,2 p.p. acima da variação do IHPC da área do Euro (em abril ficara 0,1 p.p. abaixo da da área do Euro).

A taxa de juro média para novos empréstimos às empresas portuguesas em abril de 2024 diminuiu para 5,62% (5,72% em março e era de 5,13% em abril de 2023).
As novas operações de empréstimos até 1 milhão de euros atingiram 1090 milhões de euros em abril de 2024, menos 3 milhões do que em março. Já as novas operações de empréstimos acima de 1 milhão de euros aumentaram 47 milhões de euros, para 791 milhões de euros.
Os novos contratos corresponderam a 86,5% do montante do total das novas operações de empréstimos às empresas (correspondentes a 1627 milhões de euros); as renegociações totalizaram 254 milhões de euros (13,5% do total das novas operações de empréstimos).

Assinala-se a evolução recente dos seguintes indicadores:

i) Na componente do consumo, os indicadores sinalizam generalizadamente uma tendência desfavorável:

- **O montante global dos movimentos realizados na rede multibanco** (levantamentos, pagamentos de serviços e compras, em valor) mantém-se desde outubro do passado ano numa **trajetória descendente, traduzida no primeiro trimestre de 2024 por uma redução homóloga de -8,1%**, a qual refletirá até o efeito positivo de este ano a Páscoa ter ocorrido no 1° trimestre, por comparação com o ano anterior em que ocorreu no 2° trimestre. **A variação homóloga dos últimos 12 meses foi em março de apenas +1,9%.**

- **O índice de volume de negócios (IVN) do comércio a retalho** (deflacionado e ajustado de efeitos de dias úteis e sazonalidade) **registou em abril um crescimento anualizado de apenas +1% e a variação homóloga do mês foi de +1,8%.** O conjunto dos primeiros 4 meses do ano registaram um crescimento de apenas +1,2%.

- **O crescimento das vendas de gasolina** (em toneladas) desacelerou bastante, com um aumento anualizado homólogo de +9,1%, em março, de +4,7% no conjunto do primeiro trimestre (+13,7% em 2023) e de apenas +1,8% no mês de março (+14,1% no 1° trimestre de 2023).

- **O número de matrículas de automóveis ligeiros (novos)** registou em abril um aumento anualizado de +16,5%, refletindo a desaceleração iniciada no segundo semestre do passado ano. Em abril o crescimento homólogo foi de +7,6%.

ii) Na componente do investimento:

- **Nos veículos comerciais ligeiros,** a evolução das matrículas nos primeiros 4 meses de 2024 continuou a trajetória ascendente iniciada em 2023, com um acréscimo de +28% e uma variação anualizada de +29,9%.

- **O acréscimo das matrículas dos veículos pesados novos, no conjunto dos primeiros 4 meses de 2024, foi também favorável, de +7,9%. A variação homóloga mensal em abril foi de +2,7% e a variação homóloga dos últimos 12 meses foi de +20%.**

- **A evolução das vendas de cimento** no mercado interno, tem sido **oscilante nos primeiros meses de 2024, entre acréscimos e decréscimos. No conjunto dos primeiros 4 meses do ano a variação homóloga foi de +5%, enquanto a variação homóloga no mês de abril foi de +14,4%**.

- **A evolução da importação de máquinas, partes e acessórios registou uma evolução mais favorável nos primeiros meses de 2024, com uma variação homóloga no conjunto dos 4 primeiros meses de +2%. Em abril a variação homóloga mensal foi de +14% enquanto a variação homóloga dos últimos 12 meses foi de +0,6%.**

- **A evolução da produção de bens de investimento**, segundo o respetivo índice de produção industrial (IPI), **foi mais favorável nos primeiros 4 meses de 2024, com um acréscimo de +5,1%** por comparação com os últimos meses de 2023. Em abril de 2024 o aumento homólogo mensal foi de +5,8% e a variação homóloga dos últimos 12 meses foi de +2,4%.

Em 2024 mantem-se a trajetória ascendente do Turismo, conforme evidenciado nas estatísticas do alojamento turístico e do transporte aéreo.

Nos primeiros quatro meses do ano a evolução crescente das dormidas nos estabelecimentos de alojamento turístico (+3,2%) ficou a dever-se ao segmento dos não residentes, cujas dormidas aumentaram +5,4%, já que as dormidas de residentes diminuíram -1,7%. O bom desempenho nesse período refletiu-se igualmente num aumento homólogo de +10,6% nos proveitos totais dos estabelecimentos turísticos e de +10,3% nos proveitos de aposento.

Sobre as deslocações dos residentes, a informação mais recente refere-se ao 4° trimestre de 2023 a qual, segundo o INE, registou um acréscimo homólogo nas viagens de residentes de +2,9% (+0,7% no 3° trimestre de 2023).

As viagens em território nacional aumentaram +1,5%, (86,7% do total de deslocações), enquanto as viagens com destino ao estrangeiro cresceram +12,9% (13,3% do total).

No Transporte aéreo, nos primeiros quatro meses do corrente ano registou-se um aumento homólogo de +4,8% no movimento de passageiros. E em abril voltaram a atingir-se máximos históricos no número de passageiros movimentados nos aeroportos nacionais, com um desembarque médio diário de 101,5 mil passageiros e foi de +2,3% o acréscimo homólogo observado no movimento de passageiros.

O movimento de carga e correio (em toneladas) no transporte aéreo registou nos primeiros quatro meses do ano um aumento homólogo de +13,8%, e em abril, de +14,4%.

Na indústria, o índice de volume de negócios do INE (IVNEI), mantem-se na trajetória descendente iniciada em abril de 2023, tendo registado um decréscimo de -2,4% no conjunto dos primeiros quatro meses de 2024 e em abril a variação homóloga foi de +7,3% e a variação homóloga anualizada de -5,1%.

No total do Comércio o IVN no conjunto dos primeiros quatro meses do ano cresceu +1,7%, face ao período homólogo de 2023. Para esse aumento contribuiu o comércio por grosso com uma variação homóloga no IVN de +2,2%, o comércio automóvel com um crescimento homólogo no IVN de +1,1% e o comércio a retalho, com um aumento homólogo no respetivo IVN de +1,2%.

No comércio retalhista o crescimento decorre sobretudo do retalho alimentar cujo crescimento do respetivo IVN tem gradualmente acelerado (+3,5% nos primeiros 4 meses do ano) **já que no retalho não alimentar, com o forte contributo do decréscimo do IVN do retalho de combustíveis** (-6,1% nos 4 primeiros meses do ano) **se assistiu a uma desaceleração continuada** (nos primeiros 4 meses do ano o IVN do retalho não alimentar registou uma variação homóloga de -0,3%). **O IVN do retalho não alimentar excluindo combustíveis tem uma evolução mais favorável** (registou uma variação homóloga de +1,3% no conjunto dos primeiros 4 meses do ano).

No retalho alimentar, mantem-se a evolução negativa do IVN no comércio especializado (um decréscimo homólogo de -3,1% no primeiro trimestre do ano), em oposição à aceleração do crescimento do IVN do retalho alimentar não especializado (o IVN cresceu +4% no primeiro trimestre).
No retalho não alimentar especializado há a destacar a evolução desfavorável do retalho de Computadores, equipamentos de telecomunicações, livros e outros produtos em estabelecimentos especializados (-2,3% nos primeiros quatro meses do ano) e de Produtos farmacêuticos, médicos, cosméticos e de higiene, cujo IVN (-0,4% nos primeiros quatro meses do ano).

Nos Serviços (excluindo o comércio a retalho), ainda que com evoluções diferenciadas segundo as diferentes atividades, o IVN global manteve a trajetória descendente iniciada em 2023 e registou uma variação homóloga anualizada de +5,9% em abril de 2024. No mês de abril o índice aumentou apenas +2,2%.

Das atividades de serviços mais dinâmicas no conjunto dos primeiros quatro meses de 2024, salientam-se as dos serviços de informação (crescimento homólogo de +16,6%); as de Atividades de arquitetura, de engenharia e técnicas afins (+16,2%); as Atividades de serviços administrativos e de apoio prestados às empresas (+14,4%); as atividades de aluguer (+10,6%) e as de Consultoria e programação informática e atividades relacionadas (+10,2%).
De entre as menos dinâmicas, destacam-se com decréscimos homólogos no IVN: as atividades de edição (-11,1%), as atividades de telecomunicações (-10,5%) e as atividades de transportes terrestres (-8,3%).

PLANO DE AÇÃO DA COMISSÃO EUROPEIA PARA FAZER FACE À **ESCASSEZ DE MÃO DE OBRA E DE COMPETÊNCIAS**

A Comissão apresentou, em Março de 2024, um plano de ação para fazer face à escassez de mão de obra e de competências, propondo trabalhar em conjunto com os Estados-Membros e os parceiros sociais para resolver estes desafios nos próximos meses e anos. O plano de ação faz parte da estratégia da UE para impulsionar a sua competitividade e reforçar a sua resiliência económica e social.

Há quase uma década, a escassez de mão de obra e de competências tem vindo a agravar-se em todos os Estados-Membros. Esta escassez é motivada por vários fatores: as mudanças demográficas, a procura de novas competências associadas à evolução tecnológica e à dupla transição, o esforço para continuar a desenvolver os nossos próprios setores industriais, as nossas

necessidades de defesa e segurança e os desafios relacionados com as condições de trabalho em alguns setores e locais. A Comissão identificou 42 profissões «deficitárias», com algumas diferenças a registarem-se entre os Estados-Membros.

O plano de ação é também um dos principais resultados do Ano Europeu das Competências, o qual ocorreu em 2023 e se prolongou para 2024, tendo sido oficialmente encerrado no final de abril do corrente ano. Tem por base as muitas medidas políticas e de financiamento já em vigor a nível da UE, como o Pacto para as Competências que, até à data, proporcionou formação a 3,5 milhões de trabalhadores — as metas em matéria de emprego e competências para 2030 aprovadas na Cimeira Social do Porto, as diretivas relativas à adequação dos salários mínimos e ao trabalho nas plataformas digitais e os 65 mil milhões de euros de fundos da UE disponíveis para investimentos em competências.

O plano de ação surge na sequência da Cimeira dos Parceiros Sociais de Val Duchesse que teve lugar em janeiro de 2024 e a Comissão Europeia apresentou-o em consulta com os parceiros sociais, cujo papel é crucial para a implementação de soluções para estes desafios.

O plano define medidas em cinco domínios, a aplicar com celeridade aos níveis da UE, nacional e dos parceiros sociais:

- **Apoiar a ativação de pessoas sub-representadas no mercado de trabalho;**
- **Prestar apoio ao desenvolvimento de competências, à formação e à educação;**
- **Melhorar as condições de trabalho em certos setores;**
- **Melhorar a mobilidade justa no interior da UE para trabalhadores e estagiários;**
- **Atrair talentos de fora da UE.**

A resposta à escassez de mão de obra e de competências é crucial para impulsionar o crescimento económico sustentável na UE, aproveitar as oportunidades trazidas pelas transições ecológica e digital, promover a criação de empregos de qualidade, aumentar a nossa resiliência económica e social face a mudanças geopolíticas e assegurar financiamento suficiente para as políticas sociais e de emprego na UE.

Como exemplos de medidas, podem ser referidos:

// por parte da Comissão Europeia:

- financiar novos projetos destinados a **eliminar o desemprego de longa duração;**
- financiar novos projetos de ativação e melhoria das competências dos jovens que não trabalham, não estudam nem frequentam qualquer formação **(NEET)**;
- cofinanciar mais **centros de excelência profissional** com um objetivo de abertura de, pelo menos, 100 novos centros até 2027;
- criar **novas parcerias em matéria de competências** no âmbito do Pacto para as Competências;
- melhorar a **informação sobre competências** — identificar as necessidades atuais e futuras em matéria de competências — em estreita coordenação com as agências da UE;
- analisar as **políticas em matéria de baixas por doença** para identificar as melhores práticas para trabalhadores e empresas;
- avaliar o **impacto das reformas dos sistemas de pensões** que introduzem mais oportunidades para garantir flexibilidade aos pensionistas no sentido de combinarem o rendimento das pensões com um salário;
- análise pelos pares de abordagens nacionais para fazer face aos **riscos psicossociais** no trabalho.

// por parte dos Estados-Membros:

- rever os **programas de ensino e formação** para responder mais eficazmente às necessidades do mercado de trabalho;
- prosseguir **reformas dos sistemas de prestações sociais** que eliminem bolsas de inatividade e prestem apoio suficiente às pessoas capazes de trabalhar para que regressem gradualmente ao mercado de trabalho;
- prosseguir **reformas fiscais** que reduzam a carga fiscal para os trabalhadores que auferem o segundo salário e os trabalhadores com baixos rendimentos;
- continuar a apoiar a **digitalização da coordenação da segurança social** para facilitar a mobilidade laboral justa;
- adotar sem demora a **Recomendação do Conselho intitulada «A Europa em Movimento** — oportunidades de mobilidade para fins de aprendizagem para todos»;
- continuar a **participar em parcerias de talentos** para melhorar as vias de migração legal.

// por parte dos Parceiros Sociais:

- solucionar as **más condições de trabalho através da negociação coletiva** nos setores caracterizados por condições de trabalho inadequadas;
- ajudar a ativar **grupos sub-representados** e encontrar soluções adaptadas para promover o **emprego dos trabalhadores mais velhos**;
- apoiar **programas de aprendizagem** e parcerias entre os prestadores de ensino e formação profissional (EFP) e os empregadores;
- formar os **prestadores de cuidados de longa duração** em cuidados mais centrados nas pessoas e na digitalização;
- atualizar as orientações multissetoriais para combater a violência e o assédio no **setor dos cuidados de saúde**;
- trabalhar em conjunto no sentido de definir um quadro europeu para melhorar as condições de trabalho dos **condutores profissionais de países terceiros;**
- contribuir com os seus conhecimentos especializados para a criação da **reserva de talentos da UE** com o objetivo de atrair talentos de países terceiros.

Próximas etapas a nível europeu

A Comissão acompanhará os progressos realizados na concretização deste plano de ação no quadro do Semestre Europeu. Além disso, a Comissão convidará os Estados-Membros, no âmbito do Comité do Emprego e do Comité da Proteção Social, a procederem a intercâmbios tripartidos regulares sobre este tema, com a participação dos Parceiros Sociais europeus e nacionais.

A execução do plano de ação é crucial para alcançar as grandes metas da UE para 2030 em matéria de competências e emprego, isto é uma taxa de emprego de 78 % e uma participação anual de 60 % de adultos em ações de formação.

A UE está a investir cerca de 65 mil milhões de euros em programas de competências, sobretudo através do Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR) e do Fundo Social Europeu Mais (FSE+).

Evento a nível nacional: Workshop do CES "Emprego, Empregabilidade e Qualificação"

No passado dia 4 de junho foi realizado no Conselho Económico e Social - CES um evento onde foi apresentado e discutido este Plano de Ação da CE, bem como abordados os desafios da empregabilidade jovem e das competências da população adulta em Portugal.

A CCP teve a oportunidade de participar e de intervir nesta iniciativa, tendo destacado algumas questões, incluindo:

- o facto de o Plano não ter conseguido atrair a atenção desejada por parte dos meios de comunicação social, sendo necessário multiplicar-se iniciativas como esta sessão para que os atores do mercado de trabalho tenham dele conhecimento e possam ser efetivamente envolvidos na sua implementação a nível nacional;
- que o lançamento deste Plano vem na sequência lógica do Ano Europeu para as Competências (2023), que foi formalmente encerrado no final de abril de 2024;
- que a CCP contactou as duas federações europeias em que está filiada – a Eurocommerce, representante do setor do comércio retalhista, grossista e internacional e reconhecida como parceiro social setorial; e a SMEunited, representante das PME europeias e reconhecida como parceiro social inter-setorial - sendo que nenhuma avançou para já com propostas concretas de medidas a implementar a curto/médio prazo no domínio do Plano, incluindo ao nível de eventuais negociações (ainda que tendo todos a consciência de que estamos numa fase embrionária de todo este processo);
- não obstante, e no seguimento da referência que foi feita na intervenção da representante da Comissão Europeia sobre a Cimeira de Val Duchesse, é amplamente reconhecido que o papel dos parceiros sociais será determinante para que os objetivos do Plano sejam atingidos;
- a nossa concordância que o Plano é um documento que avança com um conjunto de pistas, mas que será deixado a cada Estado-Membro a liberdade de definirem quais as suas próprias políticas para responderem às suas necessidades específicas;
- que a CCP tem, ao longo dos tempos, trabalhado continuamente ao nível do levantamento das necessidades de qualificações e de competências necessárias nos setores por si representados (comércio e serviços diversos), inclusive através da realização de vários estudos e de um trabalho em estreita articulação com o IEFP, com a ANQEP, com o CECOA, a Escola de Comércio de Lisboa e com toda a sua estrutura associativa;

- que esse trabalho tem tido reflexo ao nível europeu, no âmbito do nosso relacionamento com as federações europeias já referidas e com a própria Comissão Europeia através do desenvolvimento de projetos em áreas diversas (como o desenvolvimento do diálogo social e da formação profissional no setor terciário, incluindo de jovens) e do acompanhamento de dossiers importantes para o combate à escassez de mão de obra, como o das transições digital e verde;

- que o Plano tem a mais valia de apresentar, desde logo, um diagnóstico que avança 42 profissões deficitárias em termos de competências de mão-de-obra, mostrando que não é apenas uma abordagem generalista ao problema, mas pretende ir ao fundo da questão (ao terreno), dando desde o início do processo ferramentas concretas aos atores para trabalharem;

- a importância do acesso ao financiamento/apoio da União Europeia para que as empresas possam dar resposta aos desafios que se colocam – e continuarão a colocar – ao nível das transições do Mercado de Trabalho, tendo sido referido o estudo desenvolvido pela Eurocommerce em consórcio com a McKinsey que avança com dados concretos sobre as enormíssimas necessidades de financiamento com que as empresas do setor do comércio retalhista e grossista terão de dar resposta nos próximos anos para assegurarem uma transição sustentável;

- em conclusão: as empresas europeias – e os seus trabalhadores - têm no presente e no futuro imensos desafios e responsabilidades, que devem ser partilhados, a que dar resposta, entre os quais não pode ser esquecida a questão demográfica a que estão apensos os fluxos migratórios; e a CCP considera que o domínio do "social", hoje assente no Pilar Europeu dos Direitos Sociais cuja implementação é acompanhada através do Semestre Europeu, continuará a estar no centro do processo europeu, nomeadamente no contexto do novo período pós-eleições europeias 2024-2029 e de futuras reprogramações financeiras.

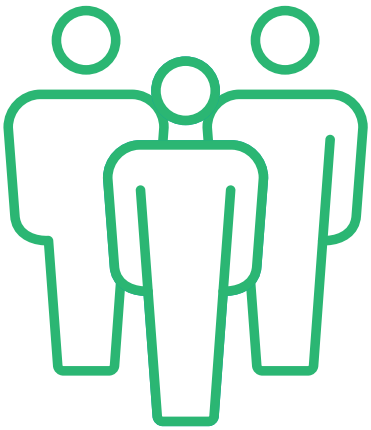
Mais informações estão disponíveis em:

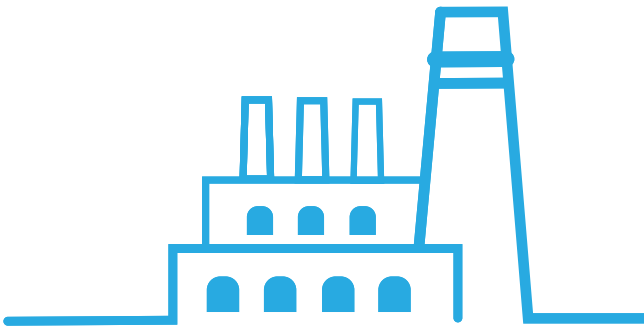
Ficha informativa: Plano de ação sobre escassez de mão de obra e de competências na UE

Comunicação: Plano de ação sobre escassez de mão de obra e de competências na UE

Relatório Employment and Social Developments in Europe de 2023 (não traduzido para português).

A Comissão identificou 42 profissões «deficitárias», com algumas diferenças a registarem-se entre os Estados-Membros.





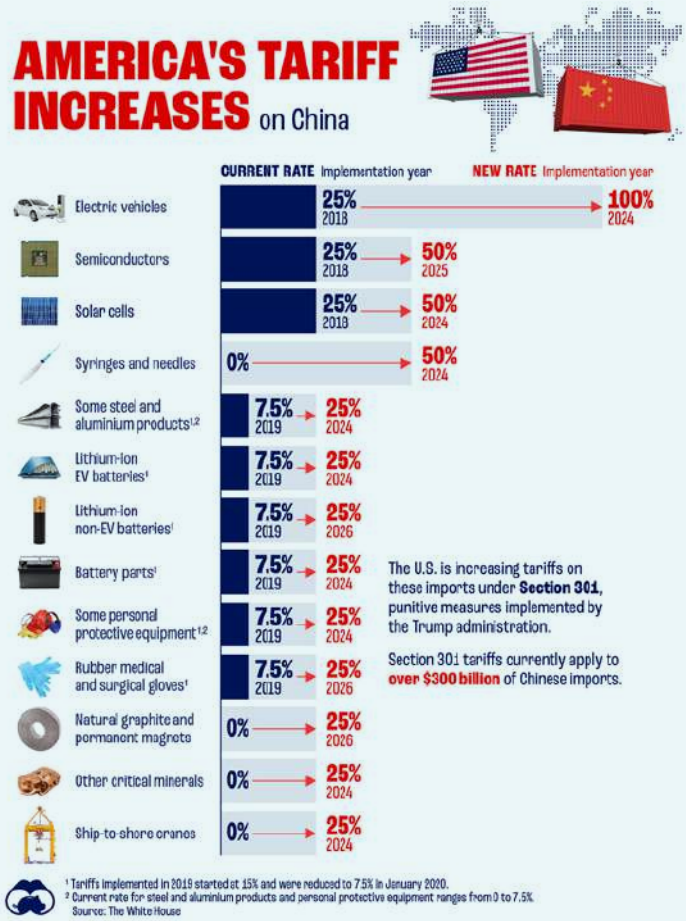
NOVAS ARMAS NA **FRAGMENTAÇÃO GEOECONÓMICA**

O dólar continua a ser a moeda dominante no comércio internacional, mas as tensões geopolíticas estão a gerar alterações nas moedas utilizadas nos pagamentos internacionais e nas reservas cambiais. As barreiras alfandegárias são causa e efeito das sombras sobre o comércio internacional. Os BRICS estão a ter um novo papel no contexto da rivalidade acrescida entre blocos económicos.

O dólar continua a ser a grande moeda de referência no comércio internacional, representando cerca de 90% das transações internacionais, mas o atual quadro de instabilidade internacional tem feito escalar a rivalidade entre os blocos económicos e a ameaçar novas formas de "guerra fria" em que o processo de "desdolarização" é usado como "arma" no complexo puzzle do comércio internacional. Em grande parte devido ao denominado conceito de "fragmentação geoeconómica", que evidencia as alterações induzidas por políticas nas origens e nos destinos dos fluxos transfronteiriços, orientadas por considerações estratégicas, como a segurança nacional e económica, a soberania e a autonomia.

Um dos reflexos do acréscimo desta escalada de rivalidade entre as maiores economias mundiais é a utilização de políticas tarifárias mais agressivas. Por exemplo, os EUA estão a jogar forte neste domínio, na tentativa de gerir a sua rivalidade com a China, alegando a Administração Biden a necessidade de proteger os trabalhadores e as empresas americanas.

Figura 1: As novas tarifas dos EUA às importações da China



Fonte: Visual Capitalist (https://www.visualcapitalist.com/comparing-new-and-current-u-s-tariffs--on-chinese-imports/)Dados: Casa Branca (2024)

Os fundamentos da prevalência da utilização do dólar têm vindo a ser questionados progressivamente, devido a fatores como a diminuição do peso da economia americana no comércio internacional, o nível de endividamento e a desvalorização da moeda em consequência da política monetária com avultados montantes de emissão de moeda (*quantitative easing*) nos anos do COVID-19, para estimular o consumo e o investimento, mas que teve como consequência o aumento da inflação. Ora os países detentores de moeda americana, entre os quais se destaca a China, têm vindo a manifestar a sua inquietação com estas desvalorizações e a questionar o papel do dólar enquanto reserva de valor nas transações internacionais. Em complemento, as sanções à Rússia e a posição de Biden e Macron relativamente à utilização de capital de origem russa para financiar o futuro esforço de reconstrução da Ucrânia, constituem um exercício "musculado" e polémico de base política, que constitui uma situação de confisco sobre ativos de um país, que desagrada aos visados e que coloca em alerta outros países, que temem a possibilidade dos EUA decretarem unilateralmente este tipo de sanções.

Esforço de redução de dependência face ao dólar

O que é então a "desdolarização" ("de-dollarization")? Consiste no processo de redução da dependência de um país em relação ao dólar americano (USD) na sua economia e no sistema financeiro, envolvendo a diminuição do uso do dólar no comércio internacional, nas reservas cambiais e nas transações domésticas. Este movimento é motivado por razões como a busca por maior soberania económica, a mitigação de riscos geopolíticos, especialmente de sanções dos EUA, a diversificação das reservas e transações financeiras para reduzir a vulnerabilidade a flutuações cambiais.

Os métodos de "desdolarização" incluem a utilização de moedas locais ou de terceiros no comércio internacional, a diversificação das reservas cambiais dos bancos centrais para incluir uma maior proporção de outras moedas e ativos, como o euro, o yuan (renminbi), o iene, o ouro, etc. e a implementação de políticas domésticas que incentivem o uso da moeda local.

As empresas portuguesas conhecem e têm beneficiado de políticas desta natureza, através dos esforços da União Europeia para reforçar o papel internacional do euro, nomeadamente através das iniciativas e políticas do Banco Central Europeu para promover o euro nos mercados mundiais.

O sucesso dos países neste processo depende da aceitação do mercado, da estabilidade económica e financeira necessária para suportar transações noutras moedas, e da capacidade de gerir riscos que que podem levar à instabilidade económica, incluindo inflação e volatilidade cambial. No entanto, se bem-sucedida, a "desdolarização" pode reduzir a influência dos EUA e promover uma maior estabilidade e independência económica para os países que adotam essas estratégias. Muitos analistas duvidam da capacidade de criar alternativas credíveis, mas parece que também neste domínio "os tempos estão a mudar" ...

Os BRICS estão a construir um novo paradigma nas relações internacionais

Desde 2022, para além da China e da Rússia, outros países dos BRICS[1] como o Brasil e a Índia, têm fomentado este movimento com uma consistência sem precedentes.

Em primeiro lugar, é importante destacar que no seu conjunto, o bloco tem uma população combinada de cerca de 3,5 mil milhões de pessoas, ou seja, 45% da população mundial, 30% do território do planeta e as suas economias representam também cerca de 30% da economia mundial. De acordo com o FMI, em 2022, os BRICS tinham já ultrapassado o peso do G7 no PIB mundial.

Apostando no reforço do seu peso enquanto organização, os BRICS iniciaram um processo de alargamento de países aderentes, estando anunciada a vontade de 40 países se juntarem a este movimento.

Desde janeiro de 2024[2] juntaram-se o Irão, a Arábia Saudita e os Emirados Árabes Unidos (passando, assim, os "BRICS +" a ser responsáveis por cerca de 44% da produção do petróleo bruto do mundo), Egito e Etiópia. Outros países como a Tailândia ou a Indonésia podem vir a fazer parte deste bloco. A Rússia, que preside este ano à Organização, está apostada em mostrar ao Ocidente que, afinal, tem mais aliados do que parecia no início da invasão da Ucrânia.

Vários aspetos ilustram esta evolução mais recente e testemunham o compromisso em avançar com o processo de "desdolorização" e o esforço dos BRICS na criação de uma moeda de reserva que possa competir com o dólar:

- (i) a criação do Novo Banco de Desenvolvimento, conhecido como o banco dos BRICS, em 2014, com um capital de 100 mil milhões de dólares e o acréscimo de missão que recentemente lhe pretendem atribuir na cooperação entre BRICS e com terceiros países;

- (ii) a China promove cada vez mais o uso do yuan nas transações de comércio internacional, estabelecendo acordos de swap cambial como forma de estabilizar os mercados financeiros e de dar confiança na utilização da sua moeda;

- (iii) em resposta ao antigo sistema do petrodólar (anos 70), baseado na aceitação de dólares como pagamento nos negócios internacionais de exportação de petróleo por parte da Arábia Saudita, a China, atualmente o maior importador de petróleo do mundo, introduziu, no final de março, o petroyuan através da plataforma da Bolsa de Petróleo e Gás Natural de Xangai, tendo o comércio mundial de petróleo bruto reconhecido um novo operador no mercado, como uma referência de futuros de petróleo denominada em yuan para estimular a procura dos seus bens, serviços e títulos, assinalando um potencial declínio do petrodólar;

- (iv) países como a China, a Rússia e a Índia têm estado a comprar ouro como forma de reduzir as suas participações em dólares. Os seus bancos centrais adquiriram mais ouro nos últimos anos do que desde que se começou a registar este tipo de transações em 1950. Associado a este esforço de aquisição de ouro, para o aumento da constituição de reservas neste ativo, está a vontade destes países de aumentarem a perceção externa de que constituem alternativas seguras, credíveis e com liquidez suficiente para satisfazer as necessidades de procura internacional das suas moedas.

Na última cimeira dos BRICS, o presidente russo, Vladimir Putin, anunciou que os países planeiam emitir uma "nova moeda de reserva global" e estão "prontos para trabalhar com todos os parceiros justos".

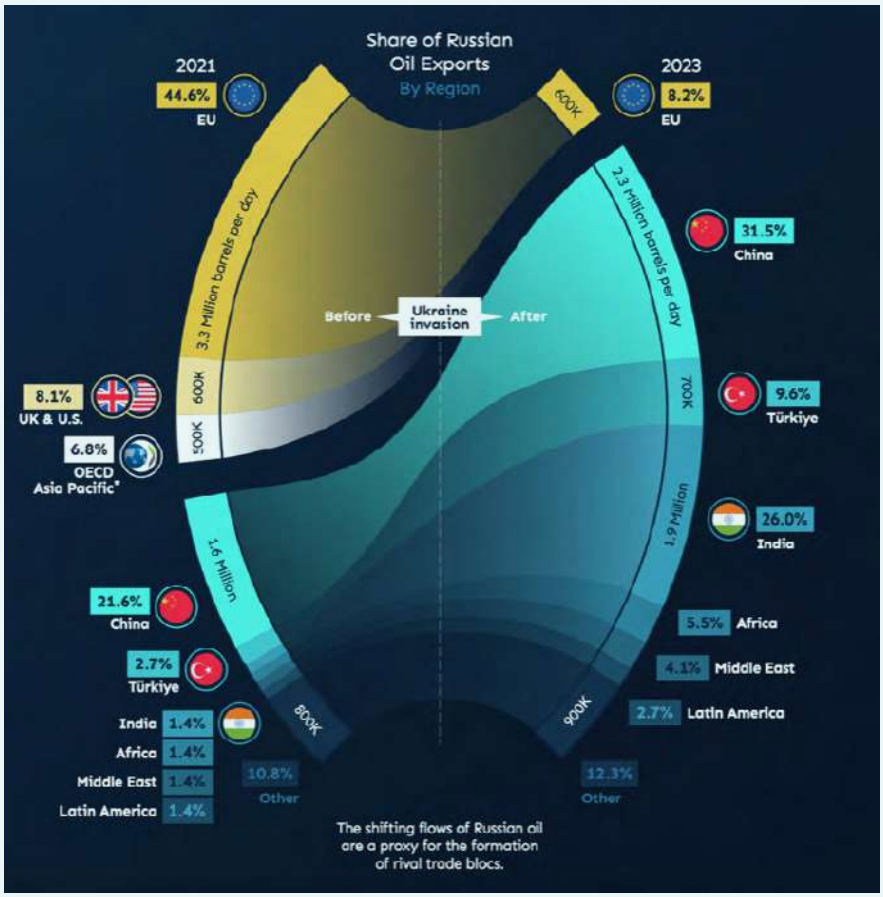
---

[1] O acrónimo BRICS designa o grupo fundado no início do século XXI pelos governos do Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, com o objetivo de fortalecer a cooperação económica, política e de desenvolvimento entre estas grandes economias emergentes, partilhando uma visão de reforma da ordem económica internacional, destacando a sua representatividade.

[2] A Argentina com a chegada do presidente Javier Milei recusou aderir, como estava previsto.

Prevê-se que esta "nova moeda" seja digital, e embora ainda exista, os países estão a desenvolver um sistema de pagamento baseado em blockchain, conhecido como a plataforma BRICS Bridge, que conectaria os sistemas financeiros dos membros e serviria como alternativa ao sistema SWIFT, dominado pelo dólar americano. A nova moeda BRICS fortaleceria a integração económica dentro do bloco, com o reforço do comércio internacional multilateral entre os países membros, reduziria a influência dos EUA no cenário global e enfraqueceria a posição do dólar como moeda de reserva global, além de incentivar outras alianças a desenvolver outras moedas regionais. Seria também uma resposta às medidas "unilaterais" dos países Ocidentais à utilização do sistema financeiro internacional como fator de retaliação estratégica e política à invasão da Ucrânia.

Figura 2: Peso das exportações de petróleo russas antes e depois da invasão da Ucrânia

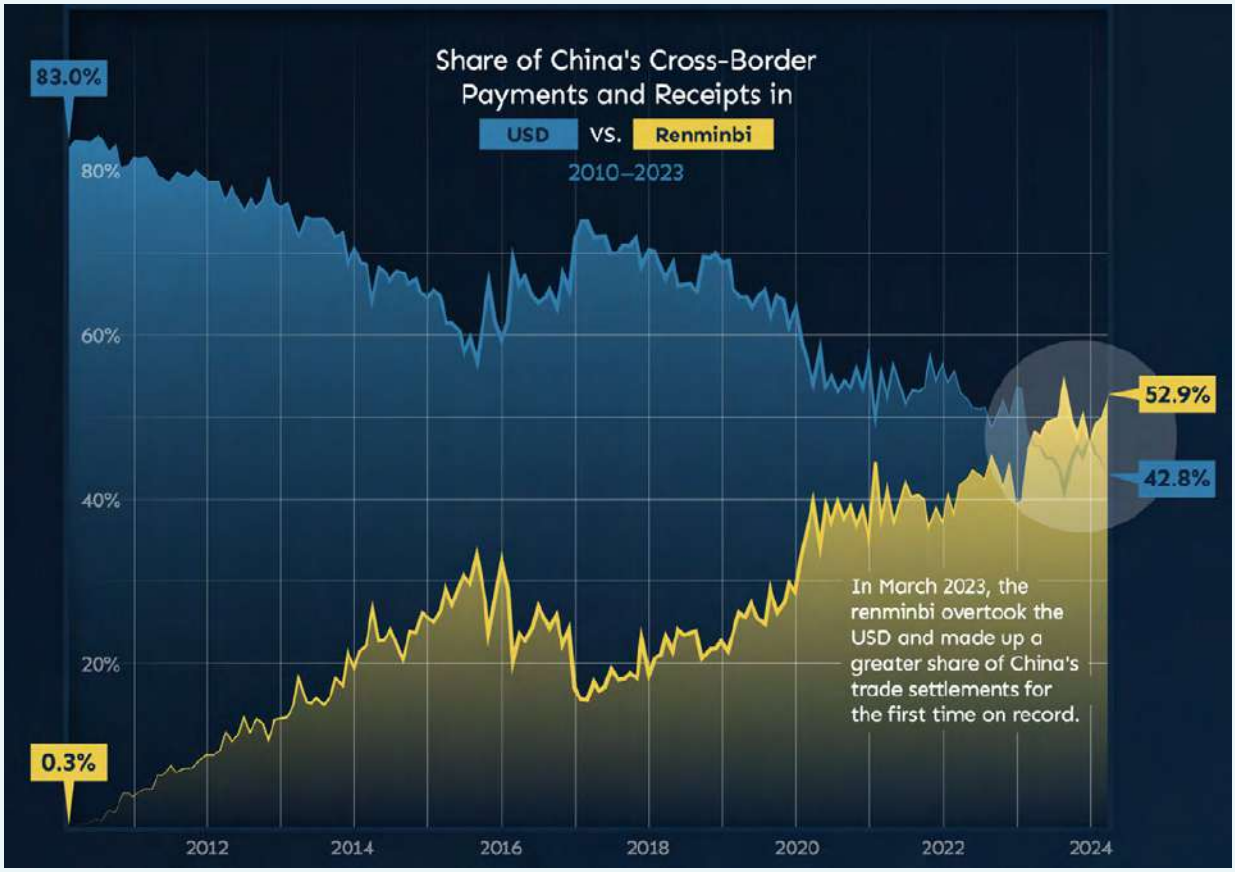


Fonte: Hinrich Foundation
Dados: IEA (2024), UNCTAD (2024). Trade dependencies are calculated by UNCTAD as the ratio of two countries' bilateral trade over the total trade of the dependent economy. Data for Russia is estimated.
*OECD Asia Pacific includes Japan, South Korea, Australia, and New Zealand.

Reflexo desta situação um relatório do FMI (F&D, de junho de 2024) refere que, no caso dos países apoiantes da China, a parte do dólar nos pagamentos de financiamento do comércio internacional diminuiu desde o início de 2022, tendo a utilização da moeda chinesa mais do que duplicado.

Em março de 2023, pela primeira vez, as transações em yuan (renminbi) com a China superaram os mon-

Gráfico 1: A China impõe o peso da sua moeda no comércio internacional



Fonte: Hinrich Foundation
Dados: Bloomberg 2024

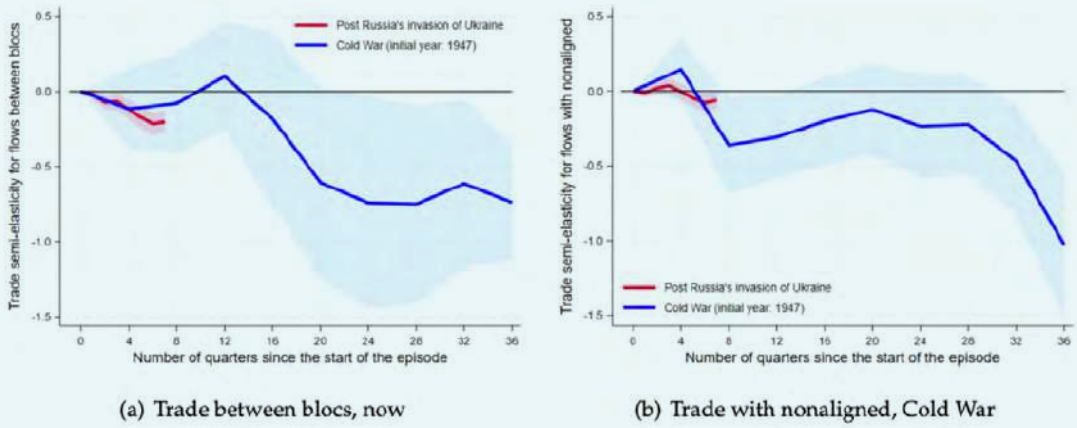
tantes das transações em dólares.
Existe no Sistema financeiro internacional especialistas que duvidam da capacidade de afirmação de uma verdadeira alternativa ao dólar nas funções que desempenha no comércio internacional, mas a escalada de utilização da moeda chinesa (yuan/renmimbi) no comércio internacional é inequívoca, num mundo de relações multilaterais onde os chineses têm uma posição de grande e crescente importância, numa mudança onde parecem não estar sozinhos, são indicadores da seriedade deste movimento. Para além disso, é preciso não esquecer que estão habituados, desde Mao, a "Longas Marchas (...) como manifestações da sua força e coragem" ...

Comércio internacional na nova "guerra fria"

Num paper recente do FMI (Gopinath et al, 2024) com o título "Changing Global Linkages: A New Cold War?" os autores defendem que "durante a Guerra Fria, esforços ativos para promover a integração comercial (dentro dos blocos) e melhorias tecnológicas abriram caminho para um aumento do comércio", tendo este processo sido acelerado com a entrada dos países do antigo bloco de Leste na economia global, mas que atualmente o comércio e o investimento global têm sido resilientes principalmente porque os fluxos foram redirecionados por meio de países conetores, procurando beneficiar de oportunidades de atuação enquanto países capazes de se relacionarem comercialmente com outros blocos comerciais, ao mesmo tempo que promovem esforços de coordenação em aspetos de natureza política económica, financeira e de cooperação para o desenvolvimento.

Na opinião dos autores, esta situação difere bastante da experiência durante a Guerra Fria, em que economias não-alinhadas da altura, não colmataram o fosso entre os blocos oriental e ocidental, refletindo o seu muito inferior grau de integração no mercado global, barreiras comerciais, custos de transporte mais elevados e a natureza diferente dos bens transacionados.

Gráfico 3: Fragmentação do comércio: na "Guerra Fria" e Atualmente



(a) Trade between blocs, now (b) Trade with nonaligned, Cold War

Fonte: Gopinath et al, 2024

O IMPACTO DO ATUAL SURTO IMIGRATÓRIO SOBRE O MERCADO DO TRABALHO E A SEGURANÇA SOCIAL

1. A dimensão do atual surto imigratório em Portugal e as suas repercussões demográficas

Os aspetos mais relevantes da imigração recente em Portugal são a rapidez com que o fenómeno se tem desenvolvido e a intensidade do mesmo. De tal modo tem sido rápida a evolução dos números da imigração que depressa as estatísticas perdem a sua validade e desconcertam mesmo os especialistas desta área. Exemplo disto é o próprio relatório do Observatório das Migrações[1], a mais completa compilação de dados estatísticos de que dispomos sobre o assunto, em cuja última edição, publicada em dezembro de 2023, se afirma no 1º capítulo que Portugal apenas tinha 6,8% da população residente com nacionalidade estrangeira (dados referentes a 1 de janeiro de 2022), o que colocava o país na 18ª posição entre os 27 países da UE. Daí a conclusão de que a população do país continuaria a acusar uma baixa importância relativa de imigrantes.

Todavia, o mesmo relatório, mais adiante, já admite que a população de nacionalidade estrangeira aumentou dos cerca de 700 mil indivíduos registados no início de 2022 para cerca de 780 mil um ano depois, o que fez subir a percentagem dos estrangeiros na população residente para 7,5%. Por fim, segundo informação de fonte oficial (AIMA) relativa ao ano de 2023, terá sido foi batido neste ano o record de títulos de residência atribuídos, com 306 mil novos vistos, o que terá feito elevar o número total de estrangeiros registados e a residir em Portugal para mais de 1 milhão.

A determinação exata da importância da população imigrante no país está porém sujeita a várias dificuldades, a primeira das quais é o número indeterminado de residentes não legalizados, aguardando a concessão de títulos de residência, mas já residindo e muitos deles trabalhando em Portugal. Tem sido avançada por fontes oficiais a estimativa de 400 mil pendências. Como também não conhecemos o número de saídas ou regressos aos países de origem, uma vez que os indivíduos que deixam o país não têm que informar as autoridades. Admitindo como boa a estimativa de cerca de mil novos atestados de residência atribuídos por dia, podemos estimar o número atual de imigrantes residentes em Portugal em redor dos 1,5 milhões, o que, a verificar-se conduziria a uma percentagem de 14,5% em relação ao total da população residente[2]. A população estrangeira com residência legal terá aumentado quase o dobro em relação ao que se verificava 5 anos antes e quase o triplo em relação ao número registado há 10 anos.
Este importante afluxo de imigrantes num espaço de tempo relativamente curto terá decerto um profundo impacto sobre a economia e a sociedade portuguesas, obrigando a rever muitas das projeções e cenários sobre os quais nos temos baseado para tentar formar uma ideia de como elas vão evoluir nas próximas décadas, a começar pelos cenários da evolução demográfica.

O cenário de evolução demográfica que serve de base às projeções da despesa pública do relatório sobre envelhecimento da Comissão Europeia[3] prevê uma queda da população ativa superior a 1,6 milhões entre 2022 e 2070, partindo da hipótese de que os fluxos migratórios, embora positivos, serão insuficientes para compensar sucessivos saldos naturais negativos. Tais projeções baseiam-se numa estimativa de 28 mil para o saldo migratório médio naquele período. Porém, este número está muito abaixo dos fluxos reais observados recentemente. Nos últimos 4 anos, entre 2018 e 2022, o saldo migratório médio anual foi de 71 mil, o que, por exceder os saldos naturais negativos tem permitido o aumento da população total.

A persistir a intensidade dos influxos migratórios que temos observado, será necessário rever as projeções demográficas, pois a sucessão de saldos migratórios positivos irá necessariamente fazer recuar o processo de envelhecimento demográfico[4], não só pelo seu impacto direto, mas também porque a grande maioria da população feminina imigrante está em idade reprodutiva e revela taxas de fecundidade superiores às da população nacional[5].

2. Impacto sobre o mercado de trabalho

É opinião largamente partilhada que a população imigrante está a dar um contributo considerável para a economia portuguesa, na medida em que assegura uma presença significativa em setores de atividade e em ocupações em que deixou de ser possível contar com oferta de força de trabalho nacional.

---

[1] OM, Indicadores de Integração de Imigrantes, Relatório Estatístico Anual, 2023.

[2] Este número deverá colocar Portugal entre os 10 países da UE com maior percentagem de população estrangeira residente. Uma estimativa mais precisa necessitaria de dados fiáveis sobre o número de imigrantes ilegais a residir nesses países.

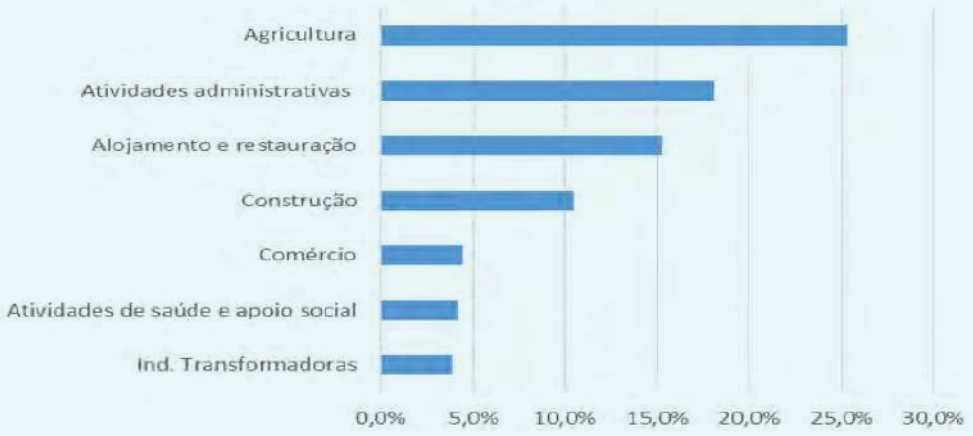
[3] European Commission, "*2024 Ageing Report – Underlying Assumptions and Projection Methodologies*".

[4] O Banco de Portugal, no Boletim económico de junho de 2023, parte de uma hipótese alternativa de convergência dos atuais fluxos migratórios para um cenário próximo do utilizado pela Comissão Europeia, para chegar a uma projeção de queda da população ativa inferior a metade dos 1,6 milhões constantes do Ageing Report.

[5] Em 2022, quase 17% das crianças nascidas em Portugal foram de mulheres de nacionalidade estrangeira, sendo que estas representam apenas cerca de 7% do total de mulheres no país.

Como vemos no gráfico 1, a participação de trabalhadores estrangeiros já atinge valores relativos bastante elevados em alguns setores económicos, com destaque para a agricultura (mais de 25%), as atividades administrativas e os serviços de apoio[6] (18%) e o alojamento e a restauração (15%).

Gráfico 1 - Quota percentual dos trabalhadores estrangeiros no emprego assalariado, 2021



Fonte: Observatório das Migrações, Relatório Estatístico Anual, 2023.

As sete atividades enumeradas no gráfico 1 atraíram 84% dos 231 mil trabalhadores estrangeiros registados nos Quadros de Pessoal de 2021.

Como acima ficou expresso, o atual surto migratório tem-se processado com enorme rapidez, provocando alterações estruturais no mercado de trabalho num curto espaço de tempo. No gráfico 2, comparamos as variações do número de trabalhadores estrangeiros e portugueses entre 2011 e 2021, nos mesmos setores enumerados no gráfico 1. Observamos que em todos estes setores o aumento do emprego se ficou a dever sobretudo à entrada de imigrantes, com particular destaque para a agricultura, as atividades administrativas e serviços de apoio a empresas, as indústrias transformadoras, e a construção.

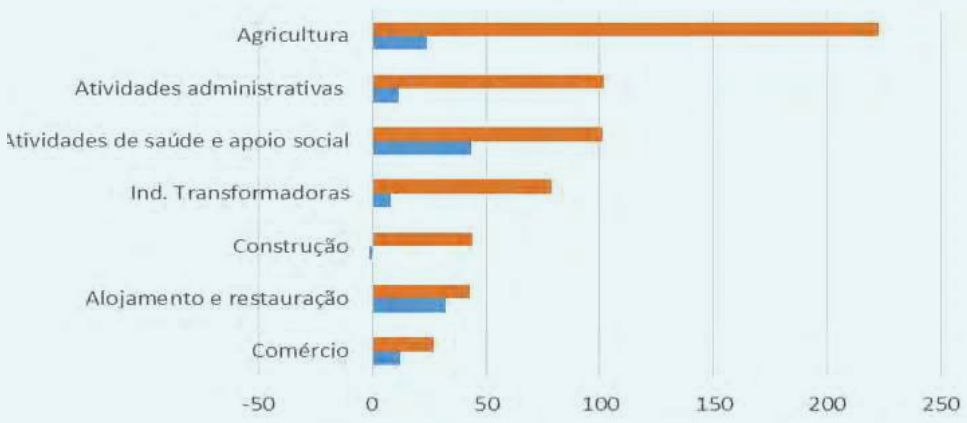
Embora a participação de trabalhadores estrangeiros se distribua por todos os grupos profissionais, sendo alguns de elevadas qualificações, o emprego de estrangeiros está sobretudo concentrado em ocupações de baixas qualificações: 57% são trabalhadores não qualificados, operadores e trabalhadores de serviços pessoais. A concentração nestes grupos profissionais é mais nítida nos trabalhadores de origem indostânica e dos PALOP. O nível académico médio dos trabalhadores estrangeiros é inferior ao dos portugueses: 48% possuem um nível pelo menos correspondente ao ensino secundário completo (comparando com 55% para os portugueses). Existem no entanto fortes desigualdades entre nacionalidades: enquanto os trabalhadores de origem francesa e espanhola têm qualificações médias superiores às dos portugueses e os brasileiros qualificações de nível aproximado, verifica-se o inverso no caso dos trabalhadores de origem indostânica e dos PALOP, bem com da Roménia[7].

No seu conjunto, os trabalhadores estrangeiros têm em média remunerações base mensais mais baixas que os trabalhadores portugueses: menos 5,3%. Este diferencial é inteiramente devido à diferença de remunerações existente nos níveis de qualificações mais baixos, onde se concentra o grosso dos trabalhadores imigrantes. Já nos níveis superiores a situação inverte-se, com os trabalhadores estrangeiros a ser mais bem remunerados do que os portugueses.

[6] Este setor abrange, entre outras, as agências de emprego, as empresas de limpeza e os *call-centers*

[7] Observatório das Migrações, op. cit.

Gráfico 2 - Variação percentual do emprego assalariado, 2011-2021



Fonte: Observatório das Migrações, Relatório Estatístico Anual, 2023.

No que respeita ao tipo de vínculos laborais verifica-se um contraste bastante visível: enquanto 71% dos trabalhadores portugueses tinham contratos de trabalho sem termo, apenas 37% dos trabalhadores estrangeiros estavam nesta situação.

Podemos concluir que a entrada de trabalhadores estrangeiros no mercado de trabalho veio viabilizar o negócio de muitas empresas e setores de atividade, que, caso contrário, teriam de defrontar graves restrições de mão-de-obra assim comprometendo a sua sobrevivência.

Por outro lado, a entrada de trabalhadores estrangeiros, ao ser dirigida preferencialmente para setores de baixa produtividade, e para ocupações de baixas qualificações, veio reforçar um padrão de especialização produtiva tradicional, que, no longo prazo, pode comprometer o objetivo de aumento do nível de produtividade da economia. Ao mesmo tempo, a imigração vem reforçar a segmentação característica do mercado de trabalho português, ao acentuar a concentração em empregos de baixos salários e com elevados níveis de precaridade. Sendo o nível médio de qualificação dos trabalhadores imigrantes inferior ao da população trabalhadora portuguesa, e sendo a própria língua desconhecida para muitos deles, fica seriamente comprometida a estratégia assumida por todos os governos nas últimas décadas de promover um crescimento económico sustentado através da aposta na melhoria do capital humano, sobretudo se combinarmos este fator com a emigração em massa de jovens portugueses com elevados níveis de qualificação.

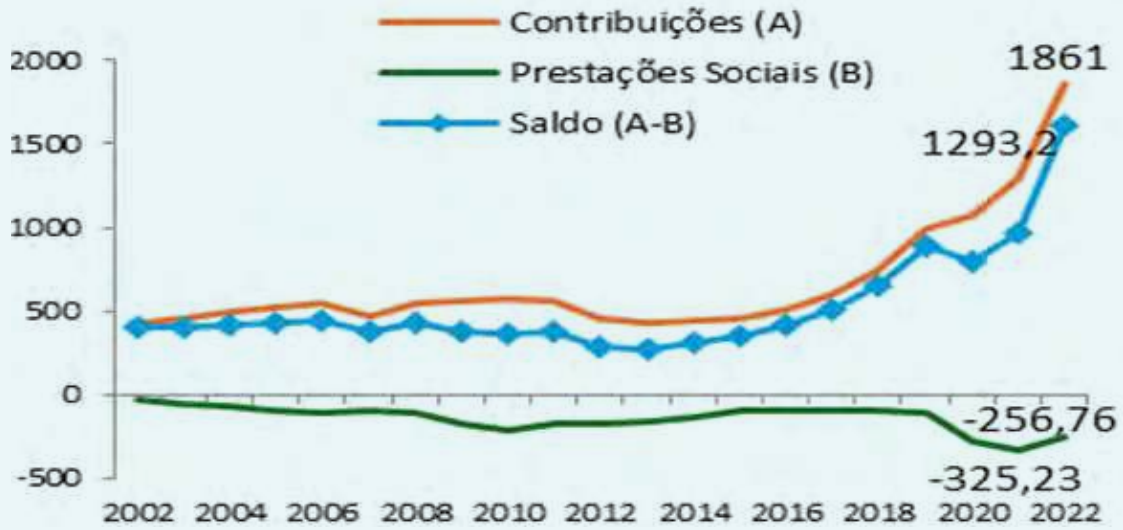
3. Impacto sobre a segurança social

O rápido aumento da imigração nos anos mais recentes tem-se refletido num aumento significativo do número de estrangeiros contribuintes do sistema previdencial, que passou de 237 mil em 2017 para 683 mil em 2022, o que representa 13,5% do total de contribuintes. Este número compara com a percentagem de estrangeiros registados com visto de residência na população total que era de 7,5% em 2022. Para o aumento do número de imigrantes registados na segurança social contribuiu a introdução em 2020 da possibilidade de atribuição de NISS na hora para cidadãos estrangeiros que pretendam exercer uma atividade profissional.

Sendo em média mais jovem do que a população portuguesa, a população imigrante tem revelado uma capacidade contributiva superior. Os estrangeiros mantêm 87 contribuintes por 100 residentes enquanto esta percentagem para a população no seu conjunto é de 48%. Também por ser mais jovem, a população imigrante tende a ter menos beneficiários de prestações sociais por total de contribuintes. A relação é de 38% para os estrangeiros e de 79% para a população no seu conjunto. Não surpreende assim que relação entre o valor das contribuições dos estrangeiros e o das prestações sociais a que têm direito seja bastante favorável e contribua para melhorar a situação financeira da segurança social. Como podemos observar no gráfico 3, o saldo entre contribuições e prestações dos trabalhadores estrangeiros tem sido sempre bastante positivo tendo atingido em

2022 o valor mais elevado de sempre com 1604 M€ resultante da diferença entre 1861 M€ de receita e 257 M€ de despesa.

Gráfico 3 – Contribuições e prestações sociais dos trabalhadores estrangeiros, 2002-2022



Fonte: Observatório das Migrações, Relatório Estatístico Anual, 2023.

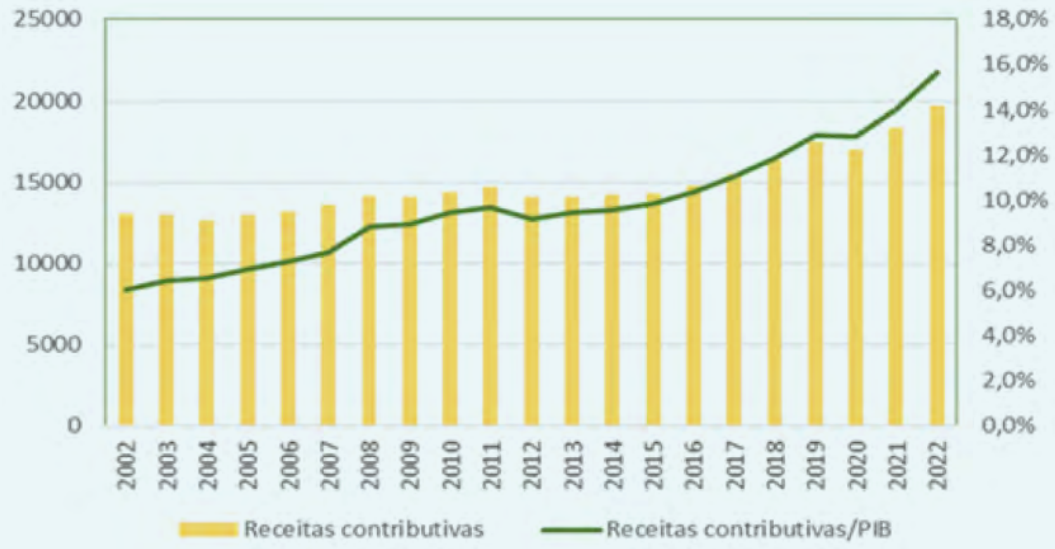
A contribuição positiva do surto migratório para o financiamento da segurança social reflete-se no crescimento das receitas contributivas do sistema previdencial. Ao longo dos últimos 20 anos, e com exceção dos períodos de crise de emprego em 2011-2013 e 2020, as receitas têm revelado uma tendência de crescimento. Esta tendência acelerou a partir de 2017, em que se observa uma taxa média de crescimento em valores reais de 4,7% ao ano, muito superior às taxas observadas até então. Para este comportamento, contribuiu sobretudo o aumento do número de contribuintes, o qual excedeu em mais do dobro o aumento do valor médio das contribuições. Deve ser salientado que 62% da variação do número de contribuintes do sistema previdencial nesse período ficou a dever-se ao aumento dos trabalhadores estrangeiros

O crescimento rápido das receitas contributivas nos últimos anos tem vindo a refletir-se nos saldos do sistema previdencial, os quais têm registado excedentes históricos, com valores excedendo os mil milhões de euros a partir de 2021, como documenta o Quadro 2. De acordo com a Lei de Bases da Segurança Social, estes saldos devem alimentar as reservas do Fundo de Estabilização da Segurança Social (FEFSS), um fundo que tem por missão financiar os eventuais défices do sistema previdencial que se projeta poderem vir a verificar-se a partir da próxima década.

O valor das transferências dos saldos do sistema previdencial para o FEFSS tem sido bastante superior ao das receitas fiscais consignadas que desde 2017 têm sido introduzidas com o intuito de reforçar as reservas do fundo, como é o caso do Adicional ao IMI, de 2 pontos percentuais da receita do IRC e da contribuição adicional do setor bancário.

O crescimento das reservas do FEFSS ao longo dos últimos anos permitiu que as mesmas se aproximassem rapidamente do seu objetivo estratégico, que consiste em atingir 24 meses de despesa em pensões do sistema previdencial. De acordo com a última informação veiculada pelo Fundo, o valor atual da carteira ascende a 33,671 M€, o que representa 12.5% do PIB e corresponde à despesa, em 2023, com 23,35 meses de pensões do regime contributivo. É de registar que no final de 2017 o valor da carteira equivalia apenas a cerca de 15 meses de despesa.

Gráfico 4 - Evolução de receitas do sistema previdencial, Me, preços constantes, 2002-2022



Fonte: Relatório das Conta da Segurança Social, vários anos. Cálculo do autor

Quadro 1 - Taxas médias de crescimento das receitas contributivas, preços constantes

2002-2007	2007-2012	2012-2017	2017-2022	2002-2022
0,9%	0,6%	2,0%	4,7%	2,1%

Fonte: Relatório das Conta da Segurança Social, vários anos. Cálculo do autor

Quadro 2 - Saldos do sistema previdencial e receitas do Fundo de Estabilização

	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Saldos do sistema	**605**	**974**	**1493**	**631**	**1119**	**3184**	**4394**
	210	**1505**	**1358**	**0,4**	**582**	**2601**	**4557**
Receitas	**50**	**120**	**322**	**519**	**34**	**479**	**623**

Fonte: Relatórios do FEFSS e relatórios de execução orçamental da segurança social do Conselho das Finanças Públicas

Podemos assim concluir que as contribuições da população imigrante têm exercido um papel fundamental para o crescimento recente das receitas contributivas, o que por sua vez tem permitido aumentar o valor das reservas do Fundo de estabilização até um nível muito próximo do seu objetivo estratégico. O dividendo assim obtido a partir das contribuições dos imigrantes tem constituído por isso um fator adicional de garantia de sustentabilidade a prazo do nosso sistema previdencial.

Por outro lado, se nos situarmos numa perspetiva mais abrangente e de longo prazo, não podemos considerar este dividendo como líquido, pois o aumento da população imigrante não deixará de ter repercussões nos custos da proteção social. As contribuições para o sistema previdencial criam direitos a prestações, tanto imediatas, nos casos de desemprego ou doença, como diferidas no tempo, no caso das pensões de velhice e de sobrevivência. Embora o saldo entre contribuições e prestações seja largamente positivo na atualidade, ele poderá diminuir no futuro, por exemplo, devido a uma contração do mercado de trabalho, com o inevitável aumento do desemprego e das respetivas prestações, e na medida em que os atuais ativos atinjam a idade de reforma, permaneçam eles ou não no país[8].

Assim como não pode ser negligenciado o significativo aumento das necessidades sociais decorrentes do afluxo de imigrantes sem outros apoios que não sejam os providenciados pelo Estado social nos cuidados de saúde, no ensino, ou na habitação. Se os recursos nestas áreas já vinham apresentando défices evidentes na resposta às necessidades da população portuguesa, o aumento da procura por parte da maioria da população imigrante representará um desafio muito sério que não poderá ser resolvido a curto prazo.Em conclusão, o atual surto imigratório, pelas proporções que está a atingir, tem acarretado benefícios evidentes para o mercado de trabalho e a segurança social, além de contribuir para a sua sustentabilidade a longo prazo. As políticas públicas não devem porém ignorar os sérios desafios que o mesmo surto coloca à inadequação das estruturas de integração social existentes, bem como às perspetivas de crescimento económico baseado no aumento da produtividade.

[8] A transferência dos direitos a pensão acumulados no país é garantida, quer no contexto da legislação comunitária, para os cidadãos dos Estados membros da UE, quer no contexto de acordos bilaterais de cooperação no domínio da segurança social para os cidadãos de países não comunitários.

OS DESAFIOS

PORTUGAL E OS **IMIGRANTES E NOVOS RESIDENTES** QUE O PROCURAM

I. Introdução

Num mundo cada vez mais global, e no qual a imigração tem vindo a ter um papel de destaque nas sociedades ocidentais que sofrem os efeitos da diminuição do número de nascimentos e do envelhecimento da população, é importante analisar as origens e a evolução dos fluxos migratórios de forma a proporcionar a sua integração plena nos países de destino.

Figura 1 - principais destinos e origens dos migrantes internacionais

Fonte: United Nations DESA, 2021

De entre os 10 principais países de destino de imigrantes destacam-se os EUA, Alemanha, Arábia Saudita, Rússia, Reino Unido, Emirados Árabes Unidos, França, Canadá, Austrália e Espanha, enquanto que os 10 principais países de origem são a India, México, Rússia, China, Síria, Bangladesh, Paquistão, Ucrânia, Filipinas e o Afeganistão.

Este é o ponto de partida que se escolheu para a reflexão sobre Portugal e os imigrantes e novos residentes que o procuram.

II. A composição da imigração em Portugal (por países de origem): comparação com a composição em outros países europeus

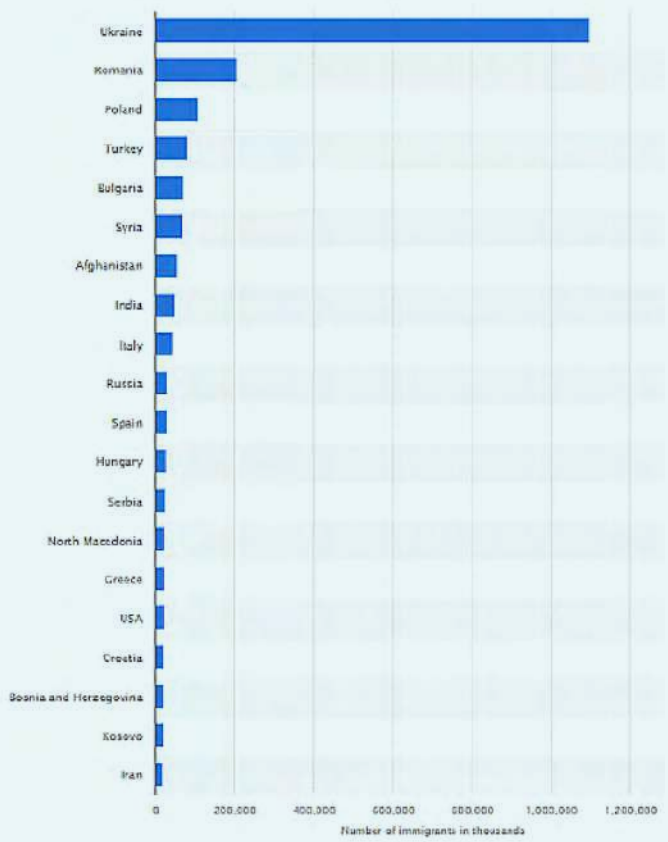
- Reino Unido: um destino de imigração global

O Reino Unido distingue-se, no contexto europeu, pelo carácter global das origens de comunidades imigrantes numerosas. Para além dos imigrantes que tiveram origem em Estados da União Europeia (Polónia, Roménia, Irlanda, Itália, Alemanha, Espanha, Lituânia, Portugal e França, por ordem de importância), é também um destino de imigração para várias nacionalidades, principalmente os provenientes de países que faziam parte do império britânico, entre os quais se destacam os de origem hindustânica: India (920.360), Paquistão (623.555), Bangladesh (273.040) e Sri Lanka (144.295), podendo também destacar-se os imigrantes originários de África: Nigéria (270.770), África do Sul (217.780), Quénia (134.945), Gana (132.575) e Zimbabwe (124.145), e de outros países asiáticos e territórios que fizeram parte do império britânico: China (182.375), Filipinas (155.015), Hong Kong (121430) e Irão (109170).

- Alemanha

A Alemanha, sendo um atractor com relevo mundial não é um atractor global. A sua imigração está centrada na Europa e nas suas periferias a leste e sueste.

Figura 2 - Número de imigrantes na Alemanha em 2022, por país de origem



A figura acima revela que os principais países de origem dos imigrantes na Alemanha são originários do Leste Europeu. A Ucrânia (com mais de 1 milhão de imigrantes vindos de um pais em guerra); do sueste europeu a Polónia, Roménia, Bulgária e Hungria; da ex-Jugoslávia (Sérvia, Macedónia do Norte, Croácia e Bósnia Herzegovina); e da Eurásia a Turquia (como uma das principais origens), e a Rússia.

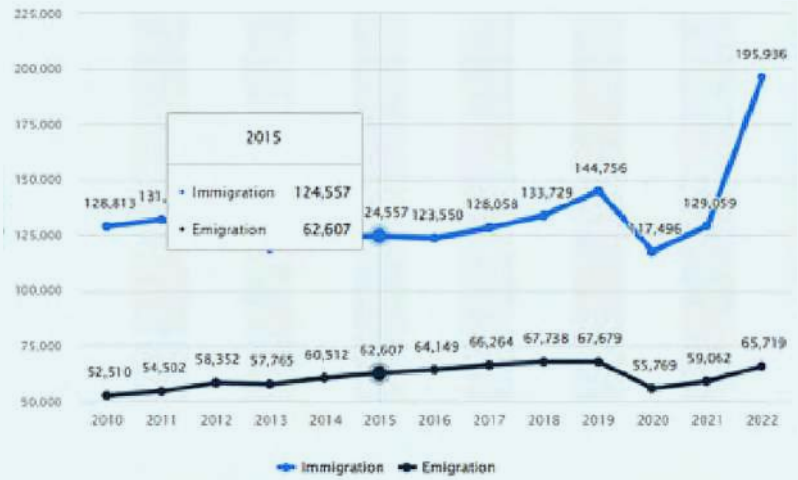
- Bélgica, Luxemburgo, França e Países Baixos - Atractores no centro da Europa

// Bélgica

Em 2009 viviam na Bélgica cerca de 1 milhão de estrangeiros. De 2009 a 2023 esse número passou para 1milhão e 570 mil, com um ponto de inflexão em 2019, como se pode ver na figura abaixo:

Fonte. Estatísticas nacionais

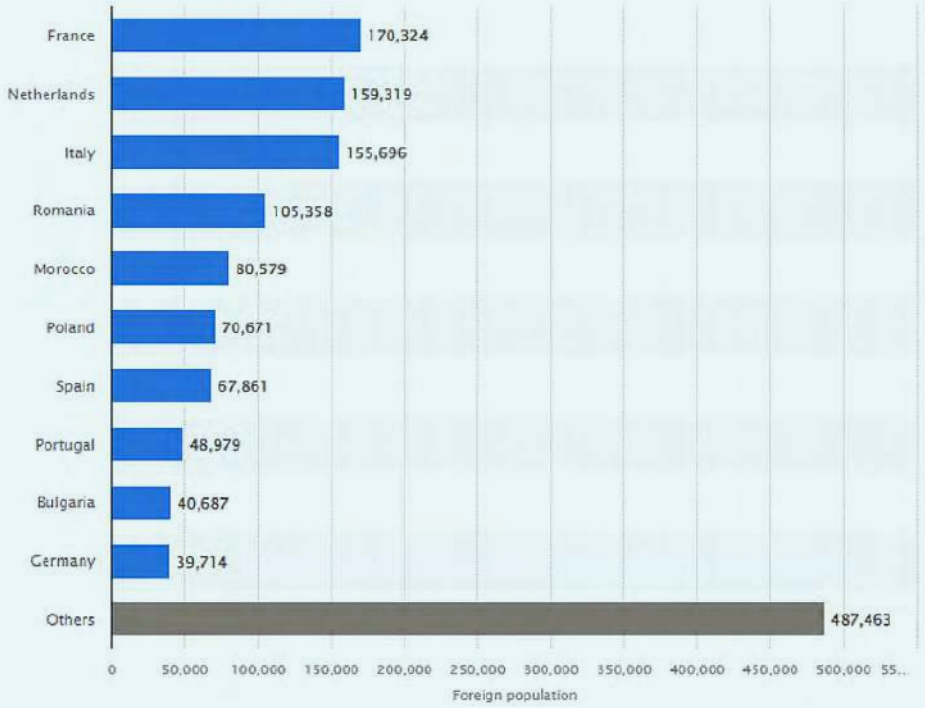
Figura 3 - Fluxos de Imigração na Bélgica de 2010 a 2022



Fonte. Estatísticas nacionais

Uma característica que define a Bélgica – centro das instituições europeias - consiste no facto da maioria de estrangeiros residentes pertencer a outros Estados Membros da UE, que em 2019 representavam cerca de 67% do total deste grupo. Destacam-se, em primeiro lugar, os países fundadores da UE (França e Itália), os países que aderiram no alargamento a sul da CEE (Espanha e Portugal), e os países que aderiram à UE já no século 21 (Roménia e Polónia). Para alem destes países europeus é de destacar ainda Marrocos.

Figura 4 - População estrangeira na Bélgica em 2020, por origem



Fonte. Estatísticas nacionais

- Luxemburgo

No Luxemburgo, 47,2% da população é estrangeira e a sua distribuição por países de origem é a seguinte:

Outros Estados Membros da UE (38,2%), dos quais se destacam Portugal (14, 5%), França (7,6%), Itália (3,7%), Bélgica (3,1%) e Alemanha (2,0%).

Outros países: Países asiáticos (2,7%); Países Africanos 2,1%).

- França

A França é um pais europeu com longa tradição de atracção de população estrangeira em diferentes fases da sua História. Na década de 60 destacou-se a Imigração originária da Europa do Sul (Espanha, Portugal e Itália), a que se acrescentaria a imigração vinda do Norte de África de antigas colónias e protectorados de França (Argélia, Marrocos e Tunísia), para além da imigração de origem euroasiática (Turquia).

Em 2018 estes sete países representavam 50,3% dos imigrantes residentes em França. A imigração vinda de fora da Europa tem vindo a crescer, com uma composição mais diversa que inclui actualmente estudantes, empregados e refugiados. Refira-se que com 100 mil autorizações de residência em 2023, os estudantes já representavam a maior categoria de imigrantes legais. Em comparação, a imigração para inserção no mercado de trabalho representou mais de 53 autorizações de residência, aos quais se vieram a acrescentar as cerca de 48 mil autorizações por razões humanitárias (nomeadamente de refugiados). Para alem dos três Estados do Norte de África que referimos anteriormente observa-se que a imigração da China também se tem desenvolvido, assim como novos residentes vindos dos EUA.

- Países Baixos

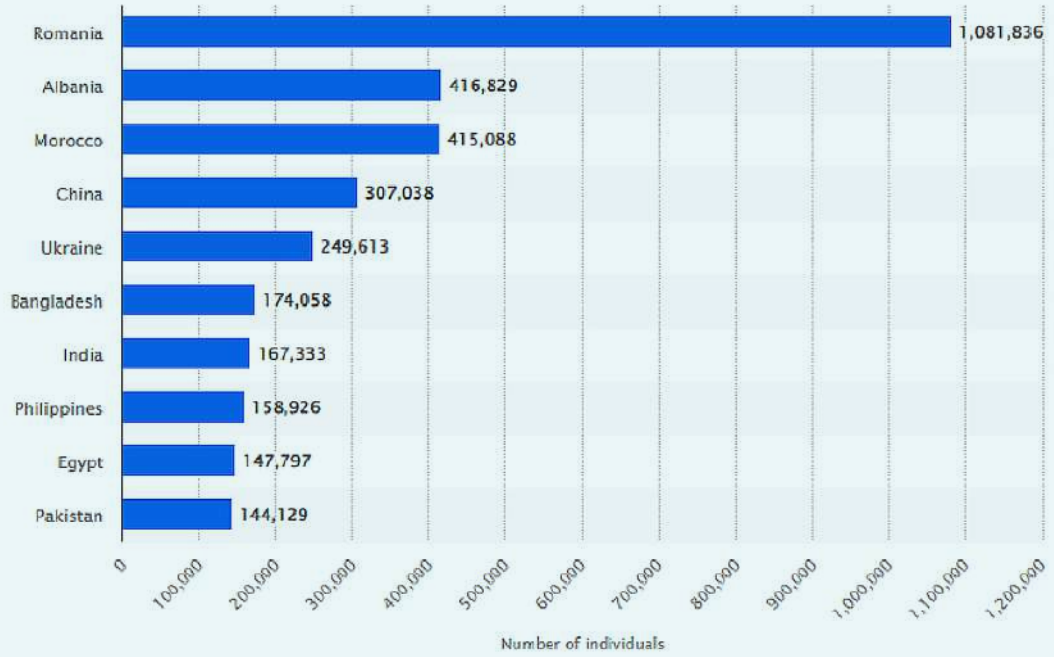
Nos Países Baixos a população imigrante representa 11,5% do total, com a maioria (8,7% da população residente) proveniente de Estados Membros da EU.
De fora da Europa dos 27 são de referir como países de origem dos imigrantes a Turquia, Marrocos, Suriname, as Antilhas Holandesas e Aruba que em conjunto representam 67% dos imigrantes de fora da UE.

Itália e Espanha - Atractores no Sul da Europa

- Itália

O número de estrangeiros que residem em Itália cresceu de 2010 a 2022 como se pode ver na figura abaixo.

Figura 5 - População estrangeira residente em Itália



Fonte. Estatísticas nacionais

A Itália apresenta uma maior variedade de origens de imigrantes do que os países anteriores:

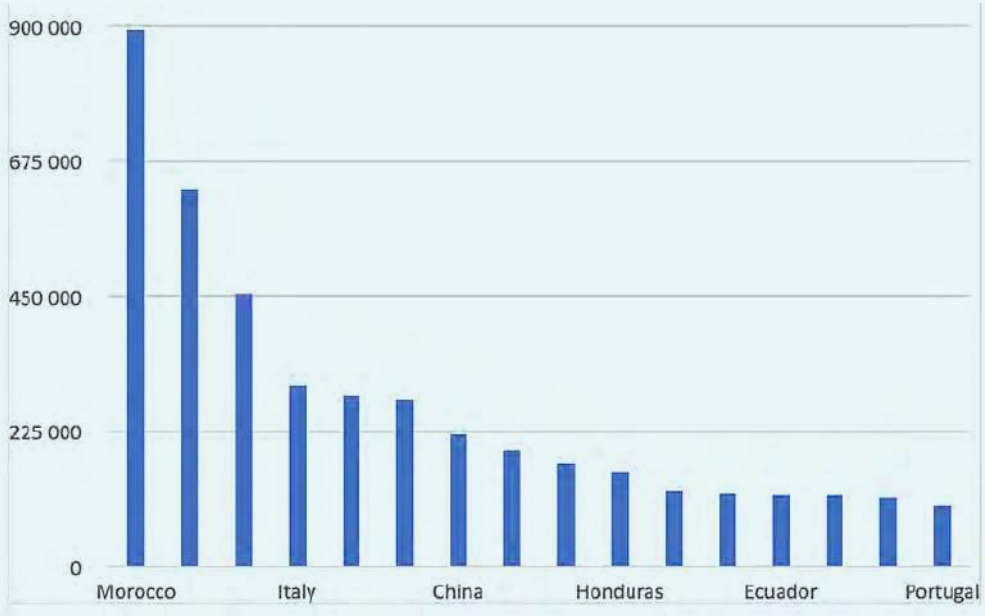
- Uma presença "longínqua" mais significativa do que nos Estados Europeus Centrais vinda a Ásia, incluindo a China, três países hindustânicos (India, Paquistão e Bangladesh) e Filipinas;
- Imigrantes provenientes da Europa balcânica e do leste europeu (Albânia, Roménia e Ucrânia);
- Imigrantes do Norte de Africa (Marrocos e Egipto).

- Espanha

A imigração tem desempenhado em Espanha, desde meados da década de 90 do seculo XX, um papel essencial ao assegurar a sustentabilidade da demografia e do emprego numa sociedade envelhecida e com uma taxa de fecundidade muito baixa. De acordo com dados de 2023, os estrangeiros representavam 12,1% da população total (cerca de 5,74 milhões de habitantes) e 13,3 % do emprego (cerca de 2,7 milhões).

Em 2015 os estrangeiros representavam 9, 2% da população e 10,8% do emprego. A figura abaixo ilustra a composição por países de origem da população estrangeira residente em Espanha.

Figura 6 - População estrangeira residente em Espanha em 2023 (em milhares)



Fonte. Statista 2024

Da análise à figura acima destaca-se:

- Em primeiro lugar, o grupo de imigrantes vindos do mundo hispano americano (Colômbia, Venezuela, Peru, Honduras e Equador);
- Em segundo lugar os novos residentes vindos das economias desenvolvidas da União Europeia (Itália, Alemanha e França) e do Reino Unido (este representando um segmento de população estrangeira que escolheu Espanha para residir na fase da sua vida em que já estão aposentados);
- Em terceiro lugar encontram-se imigrantes provenientes da Roménia, Ucrânia e Marrocos. A China está também presente, mas sem que a Ásia seja uma macro origem muito significativa de imigrantes.

III. Comparação com Portugal

Recordando o caso de Portugal, podem destacar-se (para comparação com os países que se referiram anteriormente), as seguintes origens dos principais fluxos de imigração para Portugal:

- A imigração tradicional vinda de países lusófonos: Brasil e PALOP (Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique);
- A Imigração mais recente, vinda da Ásia: China (com fluxo que se inicia nos anos 80 e com grande acentuação a partir dos meados da década de 90 do século XX) e quatro países Hindustânicos (India, Paquistão, Bangladesh e Nepal), que também se inicia, via Moçambique no caso da India, desde os anos 80 do século passado, acentuando-se na década de 90 e ainda maiores fluxos na segunda década do século XXI, designadamente com origem no Bangladesh e Nepal e Paquistão;
- Imigrantes vindos do leste da Europa: Ucrânia (em duas vagas diferentes. A primeira, sob o desígnio da liberdade no início do século XXI, e a segunda, sujeita ao desígnio da sobrevivência (fuga da guerra)), e em menor escala da Roménia;
- Novos residentes vindos da Europa por vários motivos, dos quais se destacam o Reino Unido (com mais longa tradição), e mais recentemente a Itália e França, bem como um início de novos residentes vindos dos EUA.
- Portugal tem, pois, um espectro global nos imigrantes que o procuram, o que significa que dispõe de fatores de atractividade variados e poderosos, para poder atrair fluxos tão diferentes nas suas origens e nos motivos que os levam a escolher o nosso país.

OS DESAFIOS

A OFENSIVA CHINESA NO MERCADO AUTOMÓVEL

Com a cada vez maior eletrificação do mercado automóvel, as empresas chinesas têm revelado uma enorme dinamização neste mercado, iniciando a exportação dos seus modelos a preços muito atractivos.

O início da indústria automóvel na China

A indústria automóvel chinesa deu os primeiros passos no início do século 20, com comercialização de vários modelos de marcas ocidentais como a Ford ou a Buick, e da construção de uma fábrica de produção de camiões Mercedes Benz na década de 30 (1936), na qual a Mercedes Benz fornecia os chassis de camiões, que eram completados pela empresa estatal China Automobile Company, que se estabeleceu em Shangai em 1936. O início da 2ª guerra sino japonesa obrigou a empresa a deslocalizar as suas instalações, continuando em actividade até 1941.

Apesar da Ford ter planeado a hipótese de construir uma fábrica na China, o facto da China estar envolvida na segunda guerra sino japonesa a partir de 1937 fez a companhia adiar os planos de se estabelecer no país.

Com o início da guerra em 1937, inicia-se um período de instabilidade, envolvendo a China em três conflitos (2ª guerra sino japonesa 2ª Guerra Mundial, Guerra Civil), que só irá terminar em 1949, com a vitória do Partido Comunista da China e a fundação da República Popular da China.

Apenas em 1956 a China produziu autonomamente um veículo (um camião), e em 1958 o seu primeiro veículo automóvel.

Até 1985, a produção de automóveis na China foi praticamente residual (até 1985, a China apenas produziu 5.200 veículos de passageiros), embora importasse veículos provenientes de outros países, como a U.R.S.S. (de onde provinham a maioria dos automóveis importados até 1984).

Com a morte de Mao Tse Tung, e a ascensão ao poder de Deng Xiaoping, a China iniciou um processo de reformas económicas, com o objectivo de desenvolver o país.

Em Julho de 1979, a China aprovou a lei das *joint ventures de capitais chineses e investimento estrangeiro,* de forma a atrair investimento estrangeiro e tecnologia proveniente de países desenvolvidos. Esta lei iria regular as futuras joint ventures com as empresas do sector automóvel.

Com a progressiva abertura do mercado chinês e dado o enorme potencial deste mercado, inicia-se o estabelecimento de várias joint ventures para a produção de veículos na China (Beijing Jeep em 1983, Shanghai Volkswagen e Guanghzou Peugeot em 1984, e a Tianjin Automobile (com a Daihatsu, uma empresa do Grupo Toyota) para a produção de veículos na China.

Em 1984 também se inicia a exportação de veículos para o país, embora no início do ano seguinte tenham sido aplicadas tarifas alfandegárias sobre os veículos importados e em Setembro de 1985 foi criada uma moratória que proibia a importação de veículos durante dois anos, devido ao elevado défice na balança comercial criado pela importação de veículos. Apesar dos limites impostos à sua importação, o país procurou modernizar o sector e aumentar a produção de veículos automóveis, incentivando a criação de *joint-ventures* com empresas chinesas (embora a maioria do capital das *joint ventures* tivesse obrigatoriamente controlo chinês).

Até ao final dos anos 90, existiam oito *joint-ventures* estabelecidas na China. As maiores *joint ventures* incluíam marcas como a Volkswagen, Jeep, (Chrysler), Peugeot, Citroen, Suzuki e Mitsubishi.

Em 1992 ao país ultrapassou a produção de mais de um milhão de veículos, entrando no top 10 dos países que veículos produziam.

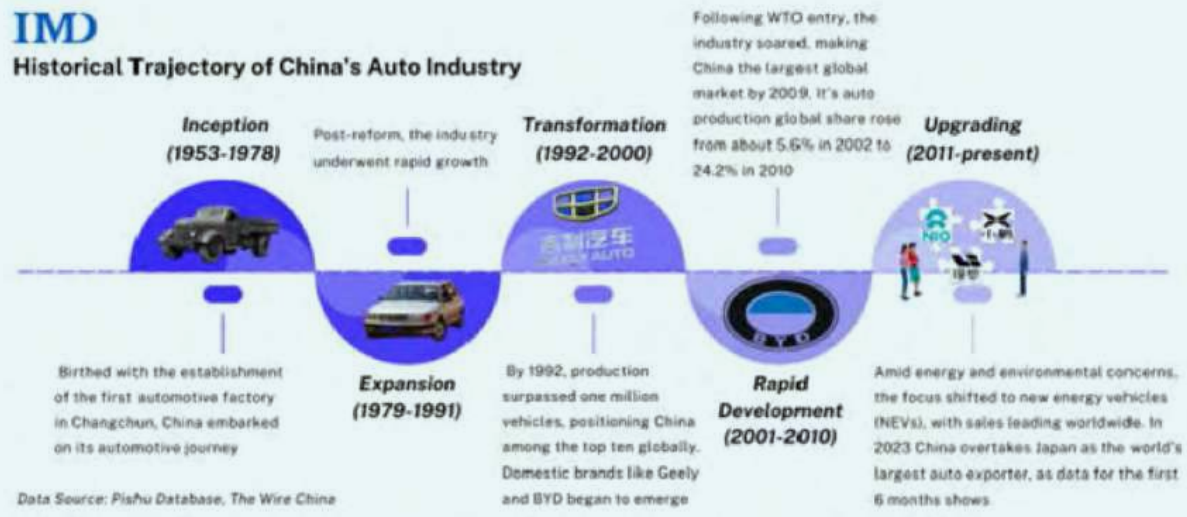
Ainda nos anos 90, várias empresas chinesas do sector da defesa (Changan, Changhe e Hafei) , estatais (BYD, Brilliance, Chery, Changfeng) e privadas(Geely Auto e Great Wall Motors) entraram na indústria automóvel, iniciando a produção de veículos automóveis.

Da adesão à Organização Mundial do Comércio até à actualidade

Com a entrada na Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2001, o mercado chinês alterou-se significativamente, graças à redução de tarifas sobre a importação de veículos e componentes (peças), levando a que o preço de venda ao público também descesse, o que possibilitou um aumento do poder de compra dos consumidores chineses, e levou a que as marcas estrangeiras iniciassem a venda de veículos mais recentes e de gamas superiores, o que acabou por aumentar a competição entre marcas e "forçou" as marcas chinesas a desenvolverem veículos mais competitivos. Por sua vez, o elevado ritmo de crescimento económico e o estabelecimento de uma classe média levou a que os construtores automóveis também desenvolvessem os seus veículos para fazer face ao aumento das exigências por parte dos seus consumidores e potenciais consumidores.

Em 2009, o Conselho de Estado da China elaborou o plano de revitalização e ajustamento da indústria automóvel, que colocou o enfase na produção de veículos eléctricos de forma criar novas vantagens competitivas e explorar o facto de dispor de reservas abundantes de lítio, um minério essencial

Figura 1 - A trajectória histórica da indústria automóvel chinesa



Fonte: IMD.org

para o fabrico de baterias para veículos eléctricos (a China tem 8% das reservas mundiais de lítio e em 2022 tinha 72% da capacidade mundial de refinação de lítio). De forma a cumprir o plano elaborado, o país tem vindo a investir na extração de lítio nos países africanos, através de investimento directo e de parcerias económicas. Através destes investimentos, a extração de lítio em África pode chegar a 12% do total de minério extraído no mundo em 2025, através do aumento da extração de lítio, passando de 194.000 toneladas para 705.000 toneladas em 2025, o que ira possibilitar a que a China controle um terço das reservas mundiais de lítio, (de acordo com a Blomberg News China could controla q third of the world's lithium by 2025, de 13 de Março de 2023).

Em 2017, a China anunciou o fim das restrições à propriedade das joint ventures na indústria automóvel, podendo as empresas estrangeiras obter a maioria ou a posse total das suas operações no país, com o objectivo de abrir o mercado chinês a companhias estrangeiras e a novas tecnologias, bem como diminuir a hostilidade nas relações comerciais e aumentar a competição do mercado. Em 2018 também terminaram as restrições de propriedade estrangeira na produção de veículos eléctricos, o que levou a que a Tesla construísse uma fábrica para produzir os seus modelos em Shanghai, e outras marcas já estabelecidas no país passassem a controlar a maioria do capital das joint ventures previamente estabelecidas (como a Volkswagen, Volvo e BMW).

Os números

O enorme desenvolvimento que o país teve desde a sua abertura económica na década de 80 (sobretudo após a adesão à O.M.C.) até à actualidade levou a que a indústria automóvel e o seu mercado interno mudassem dramaticamente.

Produção de veículos

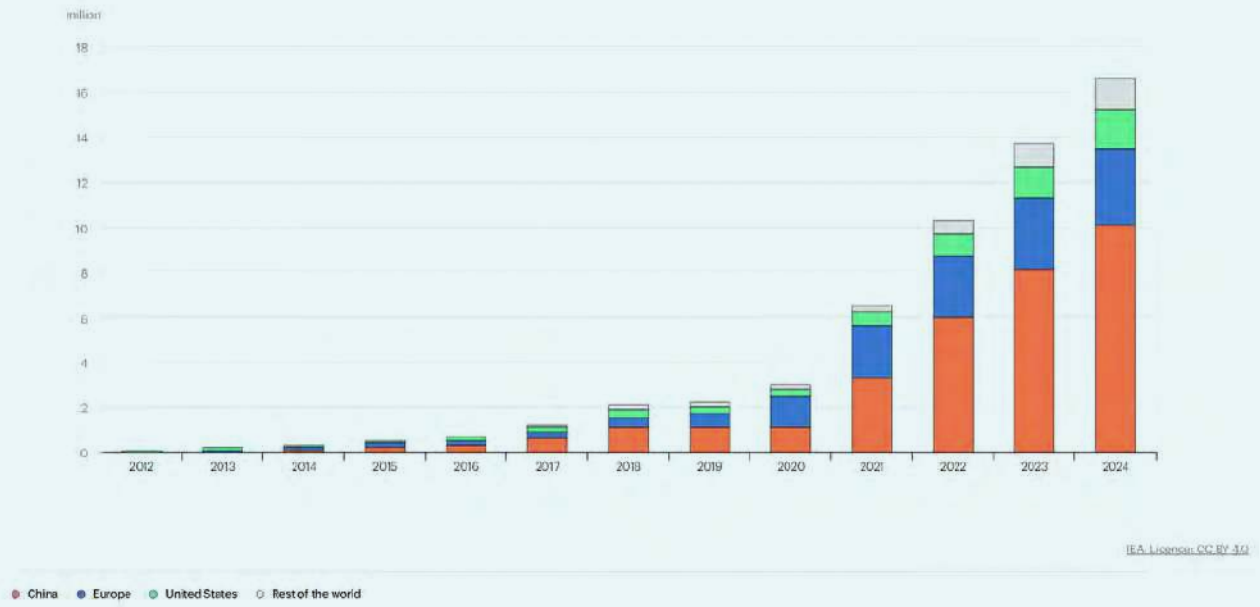
De acordo com os dados do anuário da indústria automóvel da China e da CAAM (Chinese Association of Automobile Manufacturers) e da ACEA (Associação Europeia de Fabricantes de Automóveis), entre o ano 2002 e 2023, a produção de veículos passou de 3.250 milhões de unidades para 30.161 milhões (entre Janeiro e Setembro). A produção mundial de veículos em 2002 e 2023 foi de respectivamente 58.780 milhões e 76 milhões de veículos. Em 2002 a China representava apenas 5,5% do total de veículos produzidos mundialmente, enquanto que em 2023 já representava 39,7%, enquanto que a UE produziu 14,988 milhões de veículos e a América do Norte 11,687 milhões, concluindo-se que neste momento a produção de veículos na China já ultrapassa o número de veículos na UE e na América do Norte.

A produção de veículos elétricos e híbridos em 2023 na China foi de 9.587 milhões (entre Janeiro e Setembro), representando 35,8% do total de veículos produzido, e tendo exportado 1.200 milhões (veículos ligeiros de passageiros e comerciais), tornando-se no maior exportador mundial de automóveis.

De acordo com o relatório Global EV Outlook 2024 da Agência Internacional de energia, *"as vendas de automóveis eléctricos continuam a aumentar e poderão atingir cerca de 17 milhões em 2024, representando mais de um em cada cinco automóveis vendidos em todo o mundo.(...) No primeiro trimestre de 2024, as vendas de automóveis eléctricos cresceram cerca de 25% face ao primeiro trimestre de 2023, semelhante ao crescimento homólogo verificado no mesmo período de 2022. Em 2024, a quota de mercado dos automóveis elétricos poderá atingir até 45% na China, 25% na Europa e mais de 11% nos Estados Unidos, sustentado pela concorrência entre fabricantes, pela queda dos preços das baterias e dos automóveis e pelo apoio político contínuo".*

O relatório também refere que *"Os carros eléctricos estão a ficar mais baratos à medida que a concorrência se intensifica, especialmente na China, mas continuam a ser mais caros do que os carros com motores de combustão interna noutros mercados. Uma transição rápida para os VE exigirá a introdução no mercado de modelos mais acessíveis. Na China, estimamos que mais de 60% dos carros elétricos vendidos em 2023 já eram mais baratos do que o seu equivalente médio com motor de combustão. No entanto, os carros eléctricos continuam a ser 10% a 50% mais caros do que os equivalentes com motores de combustão na Europa e nos Estados Unidos, dependendo do país e do segmento automóvel.(...) O momento exacto em que a paridade de preços é alcançada está sujeito a uma série de variáveis de mercado, mas as tendências actuais sugerem que poderá ser alcançada até 2030 nos principais mercados de veículos eléctricos fora da China para a maioria dos modelos".*

Figura 2 - Vendas de veículos eléctricos entre 2021 e 2024



Fonte:Global EV Outlook 2024, IEA

Neste momento a China tem uma vantagem relevante face a outros países, tendo uma posição dominante em toda a cadeia de valor dos veículos elétricos /híbridos. Em 2022 A participação dos fabricantes chineses no mercado global de baterias para veículos eléctricos foi de 60% . Esta posição dominante em toda a cadeia de valor, em especial na produção de baterias é apontada como uma das razões para o valor mais baixo dos veículos eléctricos/híbridos chineses, bem como os custos mais reduzidos na logística e salários.

De acordo com o artigo da Reuters "China has a 10,000 euro cost advantage in small EVs, auto supplier says", de 5 de Janeiro de 2023, *"As construtoras chinesas podem construir um veículo elétrico (EV) por 10.000 euros (US$ 10.618) menos do que as construtoras europeias, uma vantagem de custo esmagadora que pressionará os fabricantes euro-*

peus no seu mercado doméstico.(...) Enquanto os consumidores europeus procuram veículos eléctricos baratos, o presidente-executivo da Forvia, Patrick Koller, disse na convenção CES em Las Vegas, na quarta-feira, que a China estava a produzir "bons veículos" e que a Europa não seria capaz de impedir as importações. Embora o preço médio dos carros eléctricos tenha aumentado na Europa desde 2015 de 48.942 euros para 55.821 euros e de 53.038 para 63.864 euros nos Estados Unidos, caiu na China para 31.829 euros, de 66.819 euros, ficando abaixo do preço dos carros a gasolina, de acordo com um estudo da JATO Dynamics, que fornece análises sobre as tendências do sector".

Por outro lado, tanto os EUA como a UE têm acusado a China de práticas de dumping devido aos subsídios que as marcas de veículos chineses têm recebido.

De acordo com uma notícia do expresso de21 de Junho de 2024, intitulado "Estudo indica que apoios atribuídos pela China a fabricantes de carros elétricos ascendem a €215 mil milhões", um relatório elaborado pelo Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais (CSIS), "o financiamento totalizou cerca de 6740 milhões de dólares (6290 milhões de euros) anualmente entre 2009 e 2017, quando o sector "ainda estava na fase embrionária", antes de triplicar entre 2018 e 2020 e aumentar "de forma substancial" novamente a partir de 2021. O estudo também evidenciou que "*os subsídios por veículo foram reduzidos do equivalente a 13.860 dólares por veículo para cerca de 4600 dólares, o que é ainda mais baixo do que os 7500 dólares oferecidos por Washington como parte da Lei de Redução da Inflação, promulgada em agosto de 2022".*

Este facto tem levado a que tanto os EUA tenham avançado com a aplicação de tarifas alfandegárias à importação de veículos eléctricos, baterias e painéis solares provenientes da China.

De acordo com a notícia da Associated Press de 14 de Maio de 2024, com o título *New US tariffs on Chinese electric vehicles, batteries and solar cells could raise consumer prices,* "As novas tarifas sobre veículos eléctricos e baterias chineses, painéis solares, equipamentos médicos e outros bens destinam-se a proteger os empregos e os fabricantes dos EUA. (...) as tarifas sobre os veículos eléctricos da China irão quadruplicar, de 25% para 100% este ano. Actualmente, existem muito poucos veículos eléctricos da China nos EUA, mas a administração Biden e aos construtores automóveis dos EUA receiam que os veículos eléctricos de baixo preço e fortemente subsidiados possam em breve inundar o mercado dos EUA".

A UE, após efectuar um inquérito anti-subvenções aos veículos eléctricos fabricados na China, anunciou que iria aplicar tarifas alfandegárias de acordo com a marca dos seus fabricantes:

De acordo com a notícia da Euronews de 12 de Junho de 2024, intitulado "UE quer agravar impostos aos automóveis elétricos chineses para tentar colmatar a concorrência desleal", "*as tarifas a aplicar às marcas são as seguintes:*

- *BYD: 17,4%*
- *Geely: 20%*
- *SAIC: 38,1%*
- *Outros fabricantes de veículos eléctricos na China que colaboraram no inquérito, mas que não foram objecto de uma amostragem individual: 21%.*
- *Outros fabricantes de BEV na China que não colaboraram no inquérito: 38.1%*

As medidas serão introduzidas no início de julho se a China não apresentar soluções convincentes para remediar as suas práticas comerciais desleais de longa data. O nível de tributação será acrescido à tarifa de importação existente de 10% e desafia as expectativas da indústria de 20%, o que sugere que as conclusões da Comissão são bastante prejudiciais".

Estas medidas provisórias vão ser sujeitas a votação entre os Estados Membros em Novembro de 2024 para que se tornem permanentes. Se a votação for favorável à aplicação das sanções, será necessária uma maioria qualificada para anular as medidas.

De acordo com a mesma notícia da Euronews, "Todas as atenções estarão viradas para a Alemanha, um dos principais exportadores mundiais de automóveis que, ao longo de décadas, expandiu a sua presença na China e aumentou a sua dependência do mercado. A Associação Alemã da Indústria Automóvel (VDA), apoiada por empresas como a BMW, a Mercedes-Benz e a Volkswagen, já deixou clara a sua oposição a tarifas adicionais, argumentando que estas não serão "adequadas para reforçar a competitividade da indústria automóvel europeia" e poderão desencadear um "grande conflito comercial".

A pressão da indústria, associada às divisões no seio da coligação tripartida do Chanceler Olaf Scholz, indica que Berlim votará contra as tarifas em novembro.

A Hungria, que atraiu investimentos da BYD, também é considerada um adversário garantido. Outros países de espírito liberal, como a Suécia e a Irlanda, manifestaram reservas, mas sem se oporem explicitamente aos direitos.

Do outro lado do debate, a França, cujas empresas de fabrico de automóveis estão menos expostas ao mercado chinês, é amplamente considerada como o principal apoiante. A Itália manifestou recentemente o seu apoio à iniciativa e apelou a que a UE seguisse o exemplo dos Estados Unidos, onde o Presidente Joe Biden anunciou a aplicação de tarifas de 100% aos elétricos fabricados na China".

Em resposta à notícia da aplicação de sanções provisórias, o Ministério do Comércio Chinês "Não só prejudicará os direitos e interesses legítimos da indústria de veículos elétricos da China, perturbará a cooperação mutuamente benéfica entre a China e a Europa no domínio dos veículos de energia nova, como também pode distorcer a indústria automóvel mundial e as cadeias de abastecimento, incluindo as da UE".

Para além das possíveis medidas retaliatórias da China á aplicação de sanções (nomeadamente a aplicação de medidas idênticas à importação de veículos provenientes da UE, as sanções podem também ser prejudiciais para as marcas europeias, não só devido à elevada dependência das baterias de iões de lítio produzidas na China, o que poderá levar a um aumento dos preços, mas também poderá colocar em causa marcas como a Volkswagen, BMW e Audi, que estabeleceram acordos com fabricantes de veículos eléctricos chineses para desenvolver veículos com um custo mais reduzido, que podem ver esses acordos cancelados.

O Secretário Geral da ACAP, em declarações à Lusa, na notícia "ACAP acredita em acordo entre UE e China sobre produção de elétricos" de dia 12 de Junho de 2024, registou que vê "uma abertura da Comissão Europeia" para que esta e a China, junto da Organização Mundial do Comércio (OMC), possam "negociar e chegar a um entendimento" sobre os subsídios de Estado à produção de veículos elétricos chineses até Novembro", podendo a aplicação de sanções ser cancelada em caso de acordo. (...) O responsável da associação está confiante que o bloco europeu e o gigante asiático vão alcançar um acordo para que possam "cessar estas medidas". A ACAP entende que este é um assunto que diz respeito a subsídios de Estado e que "não se trata de 'dumping', que são processos mais graves". Estes subsídios, de acordo com Helder Pedro, "não são iguais para todos os fabricantes chineses e também não se aplicam a todos". Para a decisão, segundo o secretário-geral da associação automóvel, também deve ter pesado a "grande disparidade" entre as importações e as exportações de veículos elétricos de e para a China. "Em 2023, a União Europeia importou 438 mil veículos elétricos e exportou 11.500", referiu, apontando que "os números são muito desproporcionais para a União Europeia". ●

Bibliografia consultada:

https://chinacarhistory.com/2021/12/12/henry-ford-i-and-china/
https://www.autoweek.com/news/a2045721/gm-100-gm-china-building-buicks-heritage/
https://chinacarhistory.com/2020/02/08/mercedes-benz-trucks-made-in-china-in-the-1930s/
https://www.pishu.com.cn/skwx_ps//multimedia/ImageDetail?SiteID=14&type=ImageTable&ID=11281667&ContentType=MultimediaImageContentType
https://www.linkedin.com/pulse/2023-chinas-automotive-industry-summary-milestones-winners-losers-ob9ic/
https://www.imd.org/ibyimd/innovation/chinas-automotive-odyssey-from-joint-ventures-to-global-ev-dominance/
https://mine.nridigital.com/mine_jan24/china-lithium-supply-dependence
https://www.bloomberg.com/news/articles/2023-03-13/china-could-control-a-third-of-the-world-s-lithium-by-2025?embedded-checkout=true
https://www.acea.auto/files/Economic_and_Market_Report-Full_year_2023.pdf
https://www.pishu.com.cn/skwx_ps//multimedia/ImageDetail?SiteID=14&type=ImageTable&ID=11281667&ContentType=MultimediaImageContentType#
http://en.caam.org.cn/Index/show/catid/68/id/2063.html
IEA (2024), Global EV Outlook 2024, IEA, Paris https://www.iea.org/reports/global-ev-outlook-2024, Licence: CC BY 4.0
https://www.reuters.com/business/autos-transportation/china-has-10000-euro-cost-advantage-small-evs-auto-supplier-says-2023-01-05/
https://expresso.pt/economia/industria/2024-06-21-estudo-indica-que-apoios-atribuidos-pela-china-a-fabricantes-de-carros-eletricos-ascendem-a-215-mil-milhoes-18714b7f
https://www.acp.pt/o-clube/revista-acp/atualidade/detalhe/china-quer-acordo-sobre-investigacao-da-ue-aos-seus-eletricos
https://pt.euronews.com/business/2024/06/13/china-ja-reagiu-a-decisao-de-uniao-europeia-sobre-tarifas-nos-carros-eletricos
https://www.noticiasaominuto.com/auto/2579353/acap-acredita-em-acordo-entre-ue-e-china-sobre-producao-de-eletricos
https://www.razaoautomovel.com/noticias/industria-plataforma-especifica-china-audi-saic/?fbclid=IwZXh0bgNhZW0CMTEAAR348MoUAIdC69DhLk705_rt2Rl1iHCci1zpzDg7uFx29OcE8rneeoHTbUE_aem_AY8bSHHWbbDgiGlmWcUVNdfuCW7vhRzNQVY2p8wXI5bMEtrPcj3v_xBwJuwjhhruuzRhicymamBHCqcp7_LoCqtT
https://zap.aeiou.pt/dona-da-peugeot-vai-vender-eletricos-chineses-acessiveis-em-portugal-ja-em-setembro-601909
https://www.autocar.co.uk/car-news/new-cars/car-makers-slash-ev-prices-much-%C2%A314000-boost-demand?fbclid=IwZXh0bgNhZW0CMTAAAR34MfjgIh4mNHJt9jFWlhSJGyx5I3GEG3lMnRETxUFMwWM2-dMnCkCShwY_aem_AdBFG7YoamF2Hf1ICV_qQ1YnqrGRVvcTjDxrunoAEYmrr1qqAWkulO-F01kHiUTubkcZdqXEoMy-JVF7MXzOm37v
https://observador.pt/2023/09/26/von-der-leyen-critica-concorrencia-de-chineses-fortemente-subsidiados-na-ue/

Nova Dinâmica

Para um crescimento sustentável

BOLETIM N.º #20 JULHO 2024

Ficha Técnica:

Textos produzidos com a colaboração de:

Ana Vieira
Armindo Silva
Helena Leal
Hugo Oliveira
Isabel Francisco
José António Cortez
José Félix Ribeiro
Manuela Almeida
Sérgio Lorga

A informação utilizada reporta a 30 Junho de 2024.
Comentários e sugestões para:
ccp@ccp.pt

CONFEDERAÇÃO DO COMÉRCIO E SERVIÇOS PORTUGAL

CCP - Confederação do Comércio e Serviços

Cofinanciado por:
PESSOAS 2030 | PORTUGAL 2030 | Cofinanciado pela União Europeia